

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

PATRIMÔNIO DIGITAL E CIBERATIVISMO:

a defesa da Aldeia Maracanã no Facebook

Marcela Werneck

2015

MARCELA WERNECK

PATRIMÔNIO DIGITAL E CIBERATIVISMO:
A DEFESA DA ALDEIA MARACANÃ NO FACEBOOK

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como pré-requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Memória Social. Área de concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social.
Orientadora: Profa. Dra. Vera Dodebei

Rio de Janeiro

2015

W491p

Werneck, Marcela.

Patrimônio digital e ciberativismo : a defesa da aldeia maracanã no Facebook / Marcela Werneck. – 2015.

102 p. : il. color. ; 30 cm + 1 CD-

Rom.

Orientador: Vera Dodebei.

Dissertação (Mestrado)—Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Referências: p. 93-101.

1. Patrimonialização. 2. Patrimônio digital. 3. Ciberativismo. 4. Aldeia maracanã. 5. Facebook. I. Jeronymo, Marcela Werneck Pereira. II. Dodebei, Vera. III. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. IV. Título.

CDD 303.483

MARCELA WERNECK

PATRIMÔNIO DIGITAL E CIBERATIVISMO: a defesa da Aldeia Maracanã no Facebook.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como pré-requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Memória Social. Área de concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Dodebei

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Vera Dodebei (orientadora) – UNIRIO

Prof. Dr. Henrique Antoun - UFRJ

Prof^a. Dr^a. Leila Beatriz Ribeiro - UNIRIO

Prof. Dr. Marcelo Castañeda– UFRRJ

Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire - UNIRIO

Aprovada em: ___ / ___ / ___

*Para meu padrinho,
Prof. Geraldo de Abreu Camargo,
dedicado diretor da Biblioteca do
Museu Imperial de Petrópolis.
(in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à UNIRIO, à CAPES e a todos que ajudaram a criar e desenvolver o Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Em especial a meus professores e colegas, que compartilharam comigo não somente seus conhecimentos acadêmicos mas suas experiências de vida, e à minha orientadora, Vera Dodebei, uma das pioneiras nos estudos sobre patrimônio digital no Brasil, que demonstrou grande sensibilidade para com as questões contemporâneas da cidade ao aceitar realizar a orientação desta pesquisa.

Agradeço a meus familiares, principalmente minha mãe Ilka Werneck de C. P. Jeronymo e meu tio Guilherme José Werneck de Carvalho Netto (*in memoriam*), cujas pesquisas históricas e genealógicas despertaram o meu interesse pelos processos de preservação da memória.

Aos professores e colegas do curso de Especialização em História e Patrimônio Histórico do Rio de Janeiro, que me acompanharam nos meus primeiros estudos na área e me incentivaram a prestar seleção para o mestrado, particularmente o Prof. Mauro Amoroso, absolutamente confiante em minha aprovação. Lena Benz e Marilane Abreu, também mestres em Memória Social. Minha querida companheira Cristiana Campanha, pelo sempre alegre incentivo e Miguel, pela disponibilidade. Também queria agradecer àqueles que conheci virtualmente, em debates acerca do caminho para uma sociedade mais igualitária e participativa, e que hoje tenho prazer de incluir no meu círculo pessoal de amigos.

Deixo um abraço especial à amiga Kelly pelo grande apoio na reta final e muitos beijos carinhosos para meus gatos, Charlotte, Morpheu e Samantha, ternos e silenciosos observadores deste longo processo de pesquisa.

*“Se não fosse o Facebook do homem branco
todos já estariam mortos”*

Líder Kaiowá Eliseu Lopes

RESUMO

Esta pesquisa pretende investigar como se configurou o movimento ciberativista em defesa da Aldeia Maracanã, ocupação indígena urbana no antigo Museu do Índio, um casarão do século dezanove ameaçado de demolição em função das reformas do Complexo do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014. A partir dos estudos no campo da Memória Social, compreende-se que, apesar de tradicionalmente concentrada na mão dos especialistas do Sphan/Iphan e de representantes do Estado, a tomada de decisão sobre a patrimonialização de um bem cultural cada vez mais se inserena esfera do político, revelando um jogo de forças entre múltiplos atores e interesses. A instituição da possibilidade de registro do patrimônio imaterial e o reconhecimento do direito de grupos minoritários à preservação de sua memória tornam este quadro decisório ainda mais complexo. Através da análise de conteúdo da página do Facebook intitulada “Aldeia Maracanã Página Oficial”, procuramos categorizar as ações dos ciberativistas e com o aplicativo Evernote criamos um arquivo em nuvem de suas postagens, preservando a memória deste importante exemplo de mobilização da sociedade civil para a defesa do patrimônio cultural e disponibilizando os dados coletados para futuras pesquisas.

Palavras-chave: patrimonialização; patrimônio digital; ciberativismo; Aldeia Maracanã; Facebook

ABSTRACT

This research looks into the cyberactivist movement that acted in defense of the Aldeia Maracanã, an urban indigenous occupation of the former Museu do Índio (Indian Museum), a nineteenth-century villa threatened with demolition due to the reforms of the Maracanã Sports Complex for the 2014 Soccer World Cup. From the perspective of the studies in the field of Social Memory, it is acknowledged that decisions about cultural heritage protection, although traditionally held by official departments specialists and government members, are more and more inserted in a political sphere, revealing a dispute among various actors and interests. The protection registry for intangible heritage and the recognition of the right to memory, especially for minority groups, add more complexity to this scenario. Through the content analysis of the Facebook page entitled “Aldeia Maracanã Página Oficial”, we have sought to categorize the actions of the cyberactivists. With the aid of the Evernote software, we have created an online file of their posts, preserving the memory of this significant example of social mobilization for the preservation of cultural heritage and making the collected data available for future research.

Key-words: Heritage protection; digital heritage; cyberactivism; Aldeia Maracanã; Facebook

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	o antigo Museu do Índio	50
Figura 2	ícone do Evernote.....	56
Figura 3	menu de captura.....	56
Figura 4	mensagem de confirmação.....	57
Figura 5	nota capturada.....	57
Figura 6	sistema de etiquetagem.....	58
Figura 7	esquema de categorização.....	60
Quadro 1	categorização dos temas das publicações.....	61
Quadro 2	categorização dos tipos de publicações.....	62
Quadro 3	atualizações do desenvolvimento do processo judicial.....	65
Quadro 4	atualizações em tempo real	67
Figura 8	aproximação dos carros do choque.....	69
Figura 9	precariedade da ocupação.....	71
Figura 10	área externa do casarão.....	71
Figura 11	colorido indígena.....	72
Figura 12	fogo sagrado.....	72
Figura 13	programação na Aldeia Maracanã	75
Figura 14	protesto durante a visita do príncipe.....	76
Figura 15	cerimônia em homenagem à atriz Lídia Mattos.....	77
Figura 16	atividades de cozinha.....	77
Figura 17	plantio na horta.....	77
Figura 18	resistência à desocupação.....	78
Figura 19	instruções para a vigília.....	81
Figura 20	votos de boas festas.....	83
Figura 21	projetação no prédio do governador.....	91
Figura 22	a vigilância.....	93

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMPO – ALDEIA MARACANÃ PÁGINA OFICIAL

BBs – BULLETIN BOARDS

CMPC– CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

DPU – DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DRCI – DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIME DE INFORMÁTICA

FIFA – FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL

FSU – FÓRUM SOCIAL URBANO

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

IBM – INTERNATIONAL BUSINESS MACHINES

IDEB – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

MIT – MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ONG – ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

PC – PERSONAL COMPUTER

SPI – SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO

TRF-2 – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

WUF – WORLD URBAN FORUM

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL	20
1.1 Da fase ‘heroica’ do Sphan às reformulações de Aloísio Magalhães.....	21
1.2 Instituição do registro de patrimônio imaterial ou intangível.....	24
1.3 A participação da sociedade civil no processo de patrimonialização.....	26
2 ORIGEM, POTENCIAL E LIMITES DO CIBERATIVISMO	33
2.1 A cultura hacker e o desenvolvimento da Internet.....	35
2.2 A web como espaço de livre emissão e deliberação.....	38
2.3 Ciberativismo: ciberutopismo?.....	44
3 ESTUDO DE CASO: A DEFESA DA ALDEIA MARACANÃ	49
3.1 Metodologia.....	55
3.2 Análise de conteúdo da Aldeia Maracanã Página Oficial.....	59
3.3 Algumas reflexões teóricas sobre patrimônio na era digital.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	93
ANEXOS	102

INTRODUÇÃO

É impossível imaginar a vida do século XXI sem a *World Wide Web*. Dos sistemas financeiros às universidades, do compartilhamento de fotos do último final de semana à formação de comunidades sobre animais de estimação, tudo passa pela internet. A rede pouco a pouco foi se entrelaçando com o nosso dia-a-dia e nos segue vigilante, em nossos bolsos, aonde quer que estejamos.

Para além da esfera privada, as novas tecnologias de comunicação e as redes sociais digitais, como o Twitter e o Facebook também são utilizadas por grupos interessados na construção de espaços democráticos de debate sobre questões urbanas e sociais, assim como na ampliação da influência política de parlamentares e partidos. Podemos citar como exemplos significativos o movimento Zapatista, a Primavera Árabe e a reeleição de Barack Obama. A internet é um lugar de questionamento, de discussão, e muitos destes debates hoje têm como tema a proteção ao patrimônio cultural.

Na linha de Memória e Patrimônio do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO compreendemos que os processos de lembrança e esquecimento se configuram em disputas (ABREU; DODEBEI, 2008) principalmente no que diz respeito às políticas oficiais de preservação do patrimônio. Projetos de modernização de cidades que prevêem a derrubada de edificações mais antigas, como as reformas *Haussmanianas* da Paris do século XIX ou o *bota-abaixo* de Pereira Passos no Rio de Janeiro da República Velha (BENCHIMOL, 1992 e PEREIRA, 1998), também suscitam controvérsias. No último exemplo, o governo federal pretendia facilitar a mobilidade urbana e o transporte de mercadorias para exportação, eliminar focos de insalubridade e afirmar uma identidade nacional voltada para o progresso e os moldes franceses de civilidade (ABREU, 1987), mas para isso desalojou milhares de pessoas.

A preparação para eventos internacionais também impulsiona o investimento no mercado imobiliário e em obras urbanas de grande porte. Entretanto, demolições e remoções normalmente não acontecem sem resistência, e neste caso é preciso que haja por parte do proponente um discurso que justifique a necessidade das reformas, assim como os benefícios que trará à comunidade. Em sentido contrário, mas análogo, pedidos de tombamentos de edificações também exigem um suporte narrativo que convença a autoridade legal sobre a necessidade de serem protegidas.

Percorrendo a história do desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro encontramos vários exemplos de discursos que sustentaram decisões polêmicas. Uma delas, considerada

hoje por muitos o maior atentado à preservação do patrimônio histórico no Brasil foi a derrubada do Morro do Castelo em 1922 pelo prefeito do Rio de Janeiro, Carlos Sampaio (KESSEL, 2001).

Em 1567, após uma sangrenta batalha contra invasores franceses¹, o Morro do Castelo foi escolhido por Mem de Sá como terreno para as construções que dariam origem à cidade do Rio de Janeiro (ABREU, 2010): a Fortaleza de São Sebastião, o Colégio e a Igreja dos Jesuítas, a Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja Matriz de São Sebastião. Ao longo dos séculos da ocupação portuguesa, ergueram-se outros prédios de significativa importância para a rotina da sociedade de então, como por exemplo, o Seminário São José, o Telégrafo e o Observatório Imperial. (NONATO; SANTOS, 2000).

O plano de demolir o Morro do Castelo despertou uma grande discussão na imprensa da época. O prefeito queria abrir uma esplanada onde seriam montados os pavilhões da Exposição Internacional Comemorativa do I Centenário da Independência. Outra justificativa era permitir que os ventos da Baía de Guanabara arejassem as ruas do centro, que sofria com recorrentes focos de insalubridade e doenças. Estas seriam propagadas pelas péssimas condições de habitação nos cortiços (ROCHA, 1995) e pelos *miasmas febríferos*, vapores pestilentos exalados de águas estagnadas. O Morro do Castelo impedia a “viração do mar” e deveria ser removido (MOTTA, 1992).

Apoiadores do prefeito também argumentavam que era preciso eliminar das vistas da elegante Avenida Central e do Theatro Municipal as lavadeiras e as cabras que pastavam na encosta do Morro do Castelo. O estilo de vida de seus moradores era símbolo do atraso colonial que a República queria esquecer. A engenhosidade da grande obra de remoção do morro seria também uma prova às nações civilizadas de que o Brasil estava comprometido com o progresso técnico-científico e, portanto apto a entrar no jogo das trocas comerciais internacionais.

Do outro lado, grupos preocupados com a preservação da história da cidade e com o destino dos moradores bradavam contra a demolição. Entre as vozes mais influentes, Monteiro Lobato, Lima Barreto, Olavo Bilac e Adolfo de Vanhargen, este solitariamente opondo-se à posição do IHGB. A publicação que levantou a mais acirrada objeção foi o *Jornal do Brasil*. A revista *O Malho* fez extensa utilização de charges cômicas sobre o assunto. Marli Motta descreve esta batalha editorial:

¹Liderados por Nicolas Durant de Villegaignon, os franceses queriam instalar uma França antártica protestante nas terras recém-descobertas. (ABREU, 2010)

O segundo semestre de 1920 é marcado por um intenso debate na imprensa carioca em torno do Castelo: os "sacrílegos", liderados pela Revista da Semana e contando com o apoio de periódicos habitualmente opositores ferozes do governo federal e municipal, como a Careta e o Correio da Manhã, versus os "tradicionalistas", representados pelo Jornal do Brasil. (MOTTA, 1992, p.61)

A autora explica que ambos os lados tinham preocupação com a situação de insalubridade, mas divergiam sobre a maneira de resolver o problema. Ela destaca as metáforas que representavam o antagonismo em torno da questão: o termo “manto protetor” queria dizer que o morro suavizava o efeito dos ventos, enquanto “infecto monturo” o descrevia como uma barreira sufocante. O Morro do Castelo também era chamado de “quisto de terra vermelha” e “tumor infeccionado que obstruía o seio do Rio de Janeiro”.

O prefeito tinha como laudo técnico um telegrama de Belisário Pena, médico sanitaria de renome, que escreveu a ele em apoio ao decreto do arrasamento. Já os tradicionalistas apresentavam como trunfo o laudo do engenheiro Vieira Souto ², que propunha a abertura de túneis para a ventilação do centro e a transformação do Castelo em agradável sítio de passeio.

Motta (1992) destaca ainda outras expressões: para os defensores da demolição, o morro era um “dente cariado no sorriso da Baía de Guanabara”. Para o Jornal do Brasil, “uma pérola a engastar na jóia que a Providência pousou à beira do Atlântico”, além de “suntuosa moldura natural da cidade”. A autora menciona ainda a oposição entre os termos “mancha colonial” x “colina sagrada”, interpretações concorrentes sobre o Castelo como símbolo da memória imperial portuguesa.

A literatura da época também ilustrava aquele espaço sob óticas diferentes: Machado de Assis (1994) narrou em *Esau e Jacó* a submissão de duas senhoras burguesas, aflitas com futuro de seus filhos, ao misticismo de uma cartomante castelense, igualando-as democraticamente perante as incertezas da vida e da morte. Já Luis Edmundo (2003), em sua obra *O Rio de Janeiro do meu Tempo*, descreveu o local como “mundo de aflição e miséria” e chamou de hipócritas os católicos que frequentavam a macumba da Travessa do Castelo após assistirem à Missa na Igreja da Antiga Sé.

Cerca de 5 mil pessoas habitavam o Morro do Castelo, mas há o registro de apenas um pequeno protesto popular contra a sua derrubada (MOTTA, 1992). A Revista da Semana publicou reportagens sobre os moradores, com fotos e entrevistas, porém de modo a exaltar

² Vieira Souto tinha sido sócio de Carlos Sampaio em uma empresa criada, sem êxito obviamente, para executar o arrasamento do Morro do Castelo ao final do séc XVIII. (KESSEL, 2001)

sua pobreza e incompatibilidade com o ideal civilizatório. A maior mobilização foi o comparecimento de 10 mil pessoas à cerimônia da transladação das relíquias históricas³ que ficavam guardadas na Antiga Sé. Houve alguma tentativa por parte de setores da sociedade de exigir a construção de casas para os desalojados, mas isto não aconteceu. O que ocorreu, de fato, foi a formação de uma rede de solidariedade entre os moradores na busca de novos locais de moradia (BARROS, 2005), quando suas casas foram literalmente por água abaixo⁴.

Há outros casos bem conhecidos de demolições controversas durante o século XX. No Estado Novo modernista, Getúlio Vargas cancelou por decreto o tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos do Rio de Janeiro, que ficava na rota da abertura da Av. Presidente Vargas, sob a justificativa de que a mesma não estava ligada a nenhum acontecimento social ou histórico relevante para a memória do país. Apesar da posição contrária do Sphan, a igreja barroca veio abaixo e a promessa de ter sua réplica construída em outro lugar nunca se concretizou (HOLLANDA, 2007). A demolição do Palácio Monroe é outro exemplo de decisão desfavorável à proteção do patrimônio. Pavilhão orgulhosamente construído por Souza Aguiar para a participação brasileira na Exposição de Saint Louis,⁵ teve seu tombamento defendido em 1972 por Paulo Santos⁶, conselheiro do Iphan que considerava a edificação parte de um conjunto-testemunho da *belle-époque* carioca. Autoridades federais também apoiaram sua preservação, entendendo que o local era útil para instalações de novas instâncias administrativas. Entretanto, muitas vezes, como a do modernista (e óbvio inimigo do estilo eclético) Lucio Costa se opuseram ao tombamento, alegando que a desocupação traria à cidade o ganho de uma ampla área ajardinada. O Presidente Geisel assinou em 11 de outubro de 1975 o decreto autorizando a demolição (ATIQUE, 2011).

No ano de 2014, em função da preparação para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos de 2016, inúmeras obras são realizadas e a cidade passa novamente por um período de reconfiguração do seu tecido urbano. A abertura de novas vias expressas e a revitalização de áreas pouco valorizadas, como os bairros da Saúde e da Gamboa, desencadeiam, mais uma vez, conflitos entre a preservação e a demolição de imóveis. É neste viés de disputas que este

³ A imagem de São Sebastião, as cinzas de Estácio de Sá e o marco de fundação da cidade. (NONATO; SANTOS, 2000)

⁴ O prefeito contratou um sistema hidráulico para fazer o desmanche do monte. O custo da obra foi de dez milhões de dólares e a quantia foi conseguida com um banco americano que subsidiava a Light no Rio de Janeiro, em troca de um reajuste no preço das tarifas de telefonia, serviço que a empresa também oferecia à época. (KESSEL, 2001)

⁵Exposição comemorativa do centenário da compra da Luisiana.

⁶arquiteto de formação e historiador da Arte e da Arquitetura.

projeto se insere, buscando observar, no ambiente das redes sociais digitais, o ativismo pela proteção de bens ameaçados.

A veiculação, nos meios de comunicação de massa, dos discursos contra ou a favor de um tombamento depende de uma decisão editorial. Entretanto, a internet possibilita uma livre emissão de conteúdos, onde qualquer pessoa pode produzir e divulgar suas narrativas. É neste sentido que propomos nesta dissertação um estudo sobre a utilização ciberativista das novas tecnologias digitais em defesa do patrimônio cultural, tomando como campo empírico de investigação o movimento de defesa da Aldeia Maracanã, antigo Museu do Índio, no Rio de Janeiro.

O lugar em questão é um casarão do início do século XX, que foi sede do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e posteriormente abrigou o Museu do Índio. Com a transferência da instituição para outro endereço o prédio original foi abandonado. Em 2006 foi ocupado por um grupo de indígenas que desejavam sua recuperação. Construíram ocas e pequenas casas na área externa e batizaram o local de Aldeia Maracanã, formando uma comunidade e organizando atividades culturais. O caso ganhou notoriedade em 2012, após a decisão do governador do estado de demolir o prédio nas obras para a Copa do Mundo. Movimentos sociais, partidos e oposição e órgãos da defensoria pública aderiram à causa, pedindo o tombamento do imóvel. À parte dos recursos jurídicos, uma verdadeira batalha de opiniões foi travada nas redes sociais digitais, e o governo acabou cedendo, concordando com a preservação.

José Reginaldo dos Santos Gonçalves (2002) analisa em sua obra “A Retórica da Perda” algumas narrativas sobre o patrimônio nacional brasileiro. O autor argumenta que estes discursos não são algo natural, mas um dado construído a partir de determinadas visões políticas, sociais e culturais e que por sua vez influenciam toda uma série de escolhas. Podemos compreender que ações patrimoniais nunca estão separadas de uma retórica que, longe de ser imparcial, é sempre norteadas por valores e crenças que de alguma forma parecem naturais a quem os defende, como se existissem no mundo de maneira objetiva, prontos para serem apreendidos. Amparados por esta perspectiva, vamos considerar no presente estudo que os discursos sobre patrimônio são um artefato construído e não uma entidade empírica *per se*, somando a dimensão subjetiva à objetiva.

O alcance destes discursos na sociedade e sua influência nas decisões finais dos órgãos competentes dependem em grande parte dos meios de comunicação. Na década de 20, o debate sobre arrasar ou não o velho morro foi travado através da imprensa escrita, com o *Jornal do Brasil* fazendo campanha contra a demolição e o *Correio da Manhã* a favor

(NONATO; SANTOS, 2000) e a campanha para a demolição do Palácio Monroe foi amplamente defendida pelas organizações Globo, segundo Atique (2011).

O jornal, o rádio e a televisão são todos meios de comunicação de massa com um fluxo centralizado e unilateral de informação e financiados pela publicidade (LEMOS; LEVY, 2010). Entretanto, ao fim do século XX, a revolução digital inaugurou uma nova forma de comunicação: a internet, um tipo de mídia pós-massiva que cria uma nova possibilidade de deliberação democrática. Segundo Pierre Levy (idem), este novo quadro configura-se em três princípios básicos: *a liberação do pólo de emissão*, onde qualquer um pode produzir informação sem estar ligado a nenhuma empresa de comunicação; em segundo lugar, *a interconexão*, que possibilita uma conversação global sobre qualquer assunto; e por último, a *reconfiguração* da dimensão política e social humana, rumo ao desenvolvimento de uma inteligência coletiva democrática.

Considerando que as mídias digitais disponibilizam novas formas de interação e que o ciberespaço é um ambiente onde as mais variadas questões são discutidas, o objetivo geral da pesquisa é compreender como a rede social Facebook foi utilizada pelo movimento ciberativista em defesa da Aldeia Maracanã, no antigo Museu do Índio, através da análise de conteúdo das postagens do perfil Aldeia Maracanã Página Oficial.

Esta questão se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- Sintetizar a trajetória das políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural no Brasil, desde a criação do Sphan em 1937, até a instituição do registro do patrimônio imaterial ou intangível, considerando o grau de abertura à participação da sociedade civil no processo decisório em cada etapa.
- Descrever o contexto técnico e sócio-cultural que possibilitou o desenvolvimento das práticas ciberativistas e discutir suas potencialidades e limitações.
- Construir, através do aplicativo Evernote, um arquivo em nuvem das postagens realizadas pela página do Facebook intitulada Aldeia Maracanã Página Oficial, entre novembro de 2012 e abril de 2013, de modo a preservar digitalmente a memória deste processo de disputa patrimonial e disponibilizar os dados coletados para futuras pesquisas.
- Destacar os principais momentos da disputa pela patrimonialização da Aldeia Maracanã.

- Realizar uma análise de conteúdo sobre as postagens coletadas, organizando-as em categorias e sugerindo um quadro teórico de classificação de ações ciberativistas patrimoniais que possa ser aplicado em futuros estudos de caso.

No primeiro capítulo descreveremos, de forma resumida, o desenvolvimento do processo de patrimonialização no Brasil, dividindo-o em três momentos: a criação do Sphan e sua fase heroica, voltada para a proteção de bens materiais, sob a direção de Rodrigo de Mello Franco de Andrade. Em seguida, na administração de Aloísio Magalhães, a ampliação do conceito de cultura e a valorização das expressões populares. O terceiro momento corresponde à instituição da possibilidade do registro do patrimônio imaterial ou intangível. Levaremos em consideração o objeto das ações protecionistas e o grau de participação da sociedade civil no processo decisório possibilitado por cada etapa. Teremos como apoio teórico o trabalho de Reginaldo dos Santos Gonçalves, Maria Cecília Londres Fonseca, Lúcia Lippi, e Marcia Chuva, entre outros.

O segundo capítulo é dedicado ao tema do ativismo digital. Buscaremos compreender, a partir de autores como Pierre Levy, Manuel Castells e David Ugarte quais as condições técnicas, sociais e culturais que impulsionaram o desenvolvimento da internet, tendo como foco de atenção as características da cultura hacker. A seguir, realizaremos uma discussão sobre a relação entre a internet e um possível alargamento da esfera democrática decisória, com a ajuda de alguns conceitos do pensamento de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. Por fim apresentaremos uma corrente de pensamento mais crítica, que adverte sobre o estado de vigilância e controle a que os internautas são constantemente submetidos.

A terceira parte desta dissertação é dedicada ao estudo das ações ciberativistas em prol do tombamento do prédio do antigo Museu do Índio, ao lado do estádio do Maracanã, através da análise de conteúdo das postagens da página do Facebook intitulada “Aldeia Maracanã Página Virtual”. O material foi coletado através do aplicativo Evernote, que permite o *backup* em nuvem de qualquer texto ou imagem disponível na web, assim como sua organização em arquivos e sua categorização através de um sistema de etiquetagem.

Uma espécie de gerenciador de nossa memória virtual, O Evernote foi lançado em 2008 com a promessa de que com ele é possível ao usuário “lembrar-se de tudo, comunicar-se de forma eficiente e concluir tarefas”. Destaca-se sua tecnologia de reconhecimento e sincronização, podendo-se, por exemplo, salvar uma foto em um computador desktop e em seguida acessá-la via telefone celular. O usuário também tem a possibilidade de programar lembretes para execução de tarefas. O Evernote conta com vários aplicativos complementares,

sendo o principal deles o Web Clipper. Este aplicativo insere o ícone do elefante ao lado da barra de endereços, e com apenas um clique a apreensão do conteúdo desejado é realizada:

O Evernote é um repositório de registros de memória na web, permitindo armazenar e compilar arquivos de texto, fotos e dados disponíveis. Ao disponibilizar ferramentas de preservação dos registros virtuais, o Evernote traz para si a responsabilidade de eternizar a memória e os rastros digitais disponíveis sobre nós mesmos na rede de conexões disponíveis na internet. (DODEBEI, HENRIQUES, WERNECK, 2013)

A imensa quantidade de documentos que circula pela internet levanta a questão da preservação do patrimônio digital, conceituado da seguinte forma:

Digital heritage is made up of computer-based materials of enduring value that should be kept for future generations. Digital heritage emanates from different communities, industries, sectors and regions. Not all digital materials are of enduring value, but those that are require active preservation approaches if continuity of digital heritage is to be maintained. (UNESCO)

A UNESCO tem realizado um extenso trabalho de discussão e pesquisa acerca da preservação do patrimônio digital. Este processo deve englobar os aspectos técnicos, ou seja, a permanente acessibilidade aos programas e códigos utilizados na constituição e armazenamento daquele objeto, e aspectos conceituais, que permitam a futura compreensão dos usos e significados do mesmo (DODEBEI, 2006, 2011). A conservação do patrimônio digital implica uma seletividade, pois não é possível preservar tudo, e já se discute sobre o papel da sociedade civil neste processo. (CORRÊA; DODEBEI, 2013).

1 O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL

O presente estudo, inserido no programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, procura contribuir para a linha de pesquisa que relaciona memória e patrimônio aprofundando a reflexão sobre os campos de disputas naturalmente formados em torno da proteção do patrimônio cultural, revelando sua dimensão político-social. Mais especificamente, concentra-se em uma investigação sobre como as novas tecnologias digitais de comunicação, especificamente a rede social Facebook, estão sendo utilizadas nestes processos.

O caso escolhido para análise foi a mobilização acerca do antigo Museu do Índio de Botafogo, rebatizado de Aldeia Maracanã. Uma escolha que constitui um desafio pelo seu desenvolvimento em tempo real, paralelo à duração acadêmica do curso, e por fazer parte do mosaico de conflitos gerados pela preparação da cidade do Rio de Janeiro para a Copa do Mundo. Por outro lado, é fascinante pela sua imprevisibilidade, com as atuais decisões sempre passíveis de serem revertidas, reforçando a ideia de que a proteção patrimonial não é objetiva nem definitiva, mas circunstancial. Não é nossa intenção abordar este caso como uma vitória da bandeira preservacionista, mas sim compreender suas características sob o ponto de vista do ativismo digital.

Como nos explica José Reginaldo dos Santos Gonçalves (2003), embora só alcançando um status formal com a Revolução Francesa, a noção de patrimônio é milenar e constitui uma categoria de pensamento; o que mudou através dos tempos foi a necessidade ou não de preservá-lo. O movimento protecionista torna-se mais forte, obviamente, na medida em que se consolida como uma prática oficial na formação dos Estados nacionais, a partir do século XVIII e também após a Revolução Francesa, quando foi preciso catalogar os bens desapropriados da monarquia e protegê-los da depredação ideológica (CHOAY, 2006).

No Brasil, a preocupação com a unificação e com a formação de uma identidade nacional mostrou-se obviamente presente desde as primeiras décadas da independência (CARVALHO, 1995). Foi, contudo somente no Estado Novo que as primeiras estratégias institucionais de preservação do patrimônio foram estabelecidas. A política brasileira de proteção ao patrimônio cultural seguiu um percurso que se iniciou com um funcionamento bem definido por um pequeno grupo de especialistas, restrito ao tombamento e salvaguarda

dos bens de *pedra e cal*, e depois ampliou seu espectro para o patrimônio intangível ou imaterial.

Neste capítulo destacaremos os pontos principais da trajetória das políticas de proteção ao patrimônio no Brasil, refazendo o traçado histórico do Iphan e de suas figuras centrais: a fase heroica de Rodrigo de Mello Franco de Andrade (ANDRADE, 1987) e a fase moderna de Aloísio Magalhães. Em seguida apresentaremos a legislação que define o registro do patrimônio imaterial e as circunstâncias que levaram à sua criação. Como conclusão do capítulo, examinaremos as possibilidades de participação da sociedade civil no processo decisório sobre a patrimonialização de bens culturais.

1.1 Da fase ‘heroica’ do Sphan às reformulações de Aloísio Magalhães

Getúlio Vargas, empenhado na construção de um movimento nacionalista, abriu espaço no Ministério da Educação e Saúde para que representantes do movimento modernista ocupassem os cargos referentes às políticas culturais, com alguns entusiastas do regime e outros nem tanto. O objetivo era definir e afirmar uma identidade nacional através da difusão de uma cultura homogênea que representasse as raízes brasileiras e ao mesmo tempo expressasse valores artísticos universais. O Ministério da Educação e Saúde foi dado a Gustavo Capanema e Rodrigo de Mello Franco de Andrade assumiu a direção do recém-criado Sphan. O grupo modernista, que incluía Mario de Andrade, Lucio Costa, Carlos Drummond de Andrade e Alceu Amoroso Lima, entre outros, elegeu a arquitetura colonial e a arte barroca como símbolos da brasilidade e o Sphan se pôs em ação para protegê-las. Segundo Fonseca (2009a), o grupo gozava de certa independência dentro do governo getulista, não sendo instrumento direto da difusão ideológica do Estado Novo, que considerava mais importante o controle sobre as políticas educacionais.

Em relação à legislação do Sphan, é importante lembrar que Mário de Andrade redigiu um anteprojeto que foi preterido em favor do decreto-lei nº 25, de 30.11.37. Fonseca (2009a) considera a proposta de Andrade bastante avançada na concepção de patrimônio, com uma noção antropológica de arte e abrindo espaço para a criação de museus municipais que valorizariam a seleção cultural da comunidade local. No âmbito nacional, entretanto, a escolha dos bens a serem tombados ficaria a cargo do conselho consultivo do Sphan. A preocupação de Mario de Andrade não era exclusivamente com o processo de seleção, mas também com a dimensão educativa do patrimônio e a coletivização do saber. Rodrigo de Mello Franco, autor do projeto que acabou sendo escolhido, priorizou, entretanto, as questões

jurídicas que causavam entraves, como a de propriedade. Lucia Lippi Oliveira (2008) assim resume a política preservacionista inaugural do Sphan:

A atuação do Sphan se dava mediante o mecanismo do tombamento dos remanescentes da arte colonial ameaçados pela urbanização, pelo saque, pela comercialização dos antiquários e colecionadores. Esse primeiro momento da política de preservação do patrimônio brasileiro orientou-se por uma concepção de política cultural – mais tarde chamada de “pedra e cal” – executada principalmente pelo estatuto do tombamento (p.120).

O primeiro artigo do decreto-lei de 1937 declara que:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Está estabelecida então uma questão valorativa: no que consistiria o *excepcional*? Não é um conceito matemático, científico, que possa ser objetivado. Escolhas valorativas partem de visões subjetivas, ainda que comum a um determinado grupo. De fato, a política preservacionista do Sphan ficou a cargo dos especialistas, em sua maioria arquitetos, escolhidos por Rodrigo de Mello Franco para compor seu quadro de funcionários, em detrimento de profissionais com outras formações. A eleição do barroco, do colonial e do moderno como símbolos nacionais preteriu outras linhas arquitetônicas, como a neocolonial. Podemos perceber que houve a formação de uma rede, cujo nó central era Mello Franco, que acumulou mais poder de decisão que outras e comandou a política patrimonialista durante décadas. Era o Conselho Consultivo do Sphan que realizava as escolhas sobre o que iria ser tombado. Os membros do conselho eram escolhidos por sua afinidade com o pensamento de Rodrigo e por seu capital intelectual, e pertencer ao Conselho lhes rendia uma autoridade jurídica, mais forte inclusive que o direito de propriedade: “A equipe do Sphan considerava-se intérprete e porta-voz da sociedade brasileira, acima dos particulares e do governo. Agia em nome do interesse maior da nação” (OLIVEIRA, 2008, p.123).

Não por acaso esta época foi denominada de “fase heróica” do Sphan. O trabalho de décadas sob a mesma perspectiva fez com que fosse estabelecido um padrão nos critérios de seleção dos bens, de aprovação ou impugnação dos pedidos de tombamento. A equipe, acomodada em cargos vitalícios, se sentia segura em sua tecnicidade e em sua missão protecionista. Entretanto, esta segurança veio a sofrer abalos a partir da década de 70.

Rodrigo de Mello Franco de Andrade aposentou-se em 1967 e, conforme sua própria indicação, foi sucedido pelo arquiteto Renato Soeiro. Podemos destacar algumas significativas mudanças administrativas em sua gestão, como a transformação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Instituto, a necessidade de homologação dos tombamentos pelo ministro da Educação e Cultura e a aprovação do regimento interno do Iphan. A política de tombamentos passa a dar atenção à preservação de conjuntos, como por exemplo, Parati e Porto Seguro, buscando conciliar as vantagens econômicas do mercado do turismo com uma adequada proteção patrimonial (IPHAN, 1980).

Maior reviravolta nas diretrizes do órgão deu-se com a chegada de Aloísio Magalhães, museólogo, artista plástico e designer industrial. Ele abriu as portas do Sphan para o reconhecimento da pluralidade cultural brasileira, o fazer popular e os bens culturais vivos, cunhando a expressão “patrimônio cultural não-consagrado” (OLIVEIRA, 2008, p.127). Também criou órgãos estaduais e municipais de proteção do patrimônio, além do PCH – Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, que visava aumentar a captação de recursos financeiros assim como integrar os bens tombados e as atividades culturais locais ao potencial econômico da região:

Já com a interveniência do PCH, entretanto, explicitou-se uma outra preocupação em tais trabalhos, ou seja, aquela referente à colocação ou reinserção dos bens recuperados no contexto sócio-econômico e cultural das comunidades a que pertencem. O monumento passou a ser encarado, de forma expressa operacionalmente, em termos de seu uso como elemento dinâmico de uma ativa e presente trajetória histórica (IPHAN, 1980).

A gestão de Magalhães criticava a ênfase no tombamento dos exemplares da cultura luso-brasileira e repudiava a invasão cultural norte-americana. Para ele havia também uma relação entre o valor cultural e o potencial turístico-econômico da preservação (FONSECA, 2009a). Sob esta perspectiva foi criado o CNRC, Centro Nacional de Referência Cultural, com a intenção não de eleger símbolos nacionais, mas sim fortalecer o papel da cultura no desenvolvimento brasileiro. Assim sendo, o órgão realizou um extenso trabalho de mapeamento das expressões culturais do país, alargando o conceito de bem cultural e o diálogo com as comunidades. Não que estas tivessem sido completamente ignoradas pelos modernistas da fase heroica (vide o anteprojeto de Mario de Andrade); o caso é que neste momento posterior sua capacidade de gerar valores econômicos e identitários estava em destaque, assim como o ensejo de ultrapassar uma noção “elitista” e eurocêntrica da proteção restrita à *pedra e cal*. Posteriormente houve uma fusão do CNRC e do PCH (criado

anteriormente) ao Iphan. O órgão normativo seria o Sphan (agora não mais como Serviço e sim Secretaria) e o órgão executivo a Fundação Nacional pró-Memória. Veremos em seguida que esta valorização do popular se afirmou como política cultural oficial.

1.2 Instituição do registro de patrimônio imaterial ou intangível

Estas novas concepções causaram, obviamente, alguns problemas para os conselheiros encarregados dos processos de tombamento. Os critérios da fase heroica já não eram suficientes para avaliar os novos pedidos que surgiam. Um exemplo emblemático foi o processo de tombamento, em 1984, do Terreiro da Casa Branca, em Salvador, ameaçado de demolição pelo crescimento do mercado imobiliário na área. O antropólogo Gilberto Velho (2006) escreveu um artigo sobre sua experiência como relator no caso. Segundo ele, a casa em nada correspondia ao que era até então considerado de valor arquitetônico, artístico ou histórico pelo Sphan. No entorno havia uma área verde com alguns objetos de importância simbólica para o culto do candomblé: um barco, árvores e pedras. Gilberto Velho, como ele próprio conta, foi convocado para trabalhar como relator porque seu pensamento na área da antropologia compreendia cultura como “como um fenômeno abrangente que inclui todas as manifestações materiais e imateriais, expressas em crenças, valores, visões de mundo existentes em uma sociedade”. Assim, o tombamento do local seria uma garantia de continuidade das atividades culturais ali desenvolvidas. Ele argumentou também que a identidade da cidade de Salvador era intrinsecamente ligada àquelas práticas religiosas.

A sessão de votação do Conselho foi bastante tensa, com muitas ausências. Apesar da maioria dos conselheiros compreender a necessidade do local ser protegido contra a especulação imobiliária, muitos consideraram a ação de tombamento inapropriada: “A votação final foi muito disputada, com três votos a favor do tombamento, um pelo adiamento, duas abstenções e um voto contra”, relembra Velho. Havia um grande público na expectativa da decisão, e até um cardeal estava presente. Todos sabiam que o caso serviria como prerrogativa para outros pedidos futuros e, sem dúvida, foi um dos precursores da proteção ao patrimônio imaterial, indo contra a noção de imutabilidade que até então norteava as decisões do Iphan. Para o antropólogo, a dinâmica da mudança era algo natural àquele tipo de expressão cultural e uma cristalização do local é que seria uma ameaça à sua sobrevivência.

Regina Abreu (2009, p.13), na apresentação da coletânea de artigos “Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos” considera que “a arena do patrimônio cultural no Brasil está vivendo um momento especialmente fértil”, iniciado com a aprovação do Decreto Federal

3.551, que institui a possibilidade de registro do patrimônio imaterial ou intangível e estimulado pelo reconhecimento à importância da diversidade cultural. Ideia que, como nos lembra a autora, já estava presente no anteprojeto de Mario de Andrade para a criação do Sphan. A Constituinte de 1988 também demonstrou preocupação com o tema da proteção, considerando-a uma responsabilidade do Estado, mas recomendando a participação da sociedade no processo.

Marcia Sant’anna (2009) destaca também como marcos desta mudança de paradigma a aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco, em 1972 e a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, aprovado pela Unesco em 1989:

Conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural, fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos, e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social. Seus padrões e valores são transmitidos oralmente, por imitação ou por outros meios. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os ritos, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (UNESCO).

Este documento aponta como prioridades a identificação dos bens culturais, através de inventários e registros, a sua proteção contra a industrialização cultural, sua inclusão em programas educativos, o estudo e a documentação de sua evolução sua difusão e proteção.

Sant’anna (2001) esclarece que o registro memorial do patrimônio imaterial apreende seu processo de produção e não apenas seus suportes materiais, a exemplo do Japão, onde templos são periódica e ritualisticamente destruídos e reconstruídos, buscando a preservação não da coisa em si, mas sim do saber fazer. Para Fonseca (2009b), esse direcionamento da Unesco foi influenciado tanto por críticas ao

eurocentrismo da noção tradicional de patrimônio histórico e artístico quanto da reivindicação de países e grupos de tradição não europeia, no sentido de serem reconhecidos os testemunhos de sua cultura como patrimônio cultural da humanidade (p. 64,65).

Fonseca acrescenta outros objetivos do movimento protecionista em torno do patrimônio imaterial: a preservação do espaço físico onde o processo acontece, a pesquisa sobre “conhecimento tradicional de propriedades vegetais”, sobre sustentabilidade e diversidades biológicas e linguísticas (p.75). A rede de suporte desse quadro é, sem dúvida, a valorização da escuta de vozes distintas:

Sem dúvida, a ampliação do conceito de cidadania – o que implica reconhecimento dos “direitos culturais” de diferentes grupos que compõem uma sociedade, entre eles o direito à memória, ao acesso à cultura e à liberdade de criar, como também reconhecimento de que produzir e consumir cultura são fatores fundamentais para o desenvolvimento da personalidade e da sociabilidade – veio contribuir para que o enfoque da questão do patrimônio cultural fosse ampliado para além da questão do que é “nacional”, beneficiando-se do aporte de compor como a Antropologia, a Sociologia, a Estética e a História (FONSECA, 2009b, p.76)

Esta nova perspectiva não vem sem complicações jurídicas e conceituais: Sant’anna (2001) analisa as limitações das nomenclaturas propostas: “patrimônio imaterial ou intangível” desconsideram as condições materiais de sua produção; “patrimônio oral” enfatiza seu modo de transmissão; “espaço cultural” atém o processo ao seu espaço físico e “paisagem cultural” não apreende o aspecto individual de certas manifestações. No campo jurídico, as discussões giram em torno do problema da autenticidade, da propriedade intelectual e da falta de instrumentos adequados para a proteção de uma autoria coletiva. Fica clara a diferença entre esta modalidade e o clássico tombamento de pedra e cal:

Quanto à “preservação” ou “conservação” desses bens, a noção de patrimônio material ou intangível remete a uma concepção que é totalmente diversa – e tem que ser – daquela que se tem com relação ao patrimônio material ou construído. De início, o próprio conceito de preservação é diferente: como se trata de processos dinâmicos, não é possível operar aqui com as noções de preservação e conservação fundadoras do discurso patrimonial, que remetem basicamente à permanência do objeto como testemunhos de determinado estágio de sua história. Originários de modos de construção de sociabilidades e formas de sobrevivência, de apropriação de recursos naturais e de relacionamento com o meio ambiente, esses bens são processos que possuem dinâmica específica de transmissão, atualização e transformação que não podem ser submetidas às formas usuais de proteção, preservação ou conservação. Como já estava expresso na Recomendação de 1989, preservar e conservar esses bens não significa mantê-los cristalizados numa forma, mas conhece-los, documenta-los, registrá-los, acompanhar suas transformações, divulga-los e apoiá-los. Preservação aqui entendida como documentação, registro e acompanhamento, e não como intervenção conservadora/restauradora. (SANT’ANNA, 2001, p.157).

1.3 A participação da sociedade civil no processo de patrimonialização

Procuramos fazer aqui uma resumida reconstituição do desenvolvimento da política nacional de proteção ao patrimônio cultural. Vimos que o Estado Novo de Getúlio Vargas inaugurou-a através da criação do Sphan e que intelectuais do movimento modernista foram

os mentores de sua linha de atuação, elegendo o barroco mineiro e o estilo colonial como representantes de uma identidade nacional brasileira, que se alinhava a modelos artísticos universais. Conduzidos com afinco por Rodrigo de Mello Franco de Andrade, os técnicos do Sphan desenvolveram critérios de seleção e realizaram um extenso trabalho de catalogação de objetos e construções que deveriam ser inscritas no Livro do Tombo. Esta fase do Iphan foi conhecida como *heroica* e priorizou a salvaguarda de bens materiais.

A partir dos anos 70, a direção de Aloísio Magalhães instaurou novos conceitos nas políticas do Iphan. Seguindo uma tendência internacional, encabeçada pela Unesco, Magalhães abriu caminho para a futura legislação sobre a proteção do patrimônio imaterial. Através da criação do Centro Nacional de Referência Cultural e da Fundação Nacional Pró-Memória ele permitiu o inventariado de expressões culturais de diversos grupos até então sem representatividade no processo. Exemplos concretos desta expansão foram a instituição do feriado de *Zumbi* e da instalação de sua estátua na Av. Presidente Vargas no Rio de Janeiro; a proteção a diversos *quilombos* e a inscrição do *ofício das baianas de acarajé* no Livro dos Saberes e Fazeres. Para Márcia Chuva (2012):

Na atualidade, a temática do patrimônio cultural continua relacionada à questão das identidades, mas com novos recortes, sem perder completamente a referência ao pertencimento nacional. A predominância das ideias fundadoras acerca da unidade nacional deu lugar à diversidade cultural como a fala legítima na atualidade, fruto de longos processos de construção democrática, por meio de novas redes, dos movimentos sociais e de redirecionamento das tensões globais. (p.73)

Haverá, entretanto, espaço para igual reconhecimento de tantas diversidades, ainda mais em um território tão extenso como o brasileiro? Estas possibilidades de alçada a patrimônio imaterial não poderão nos levar a uma obsessão pela memória, conforme nos alertam Pierre Nora (1993) e Andreas Huyssen (2000)? Espaços pertencentes a pequenos grupos têm força diante de outros interesses maiores, como os imobiliários? O que dizer das disputas de espaço entre grupos religiosos, como os pentecostais e as casas de candomblé?

Concluimos, portanto, que as políticas patrimoniais brasileiras originalmente buscaram estabelecer um critério de escolha objetivo, pouco aberto a interferências, que colocava a decisão na mão dos especialistas do Iphan. Atualmente, elas se inserem mais na esfera da *política*, e *política* remete indubitavelmente a *disputas*:

a patrimonialização de práticas culturais (ou de bens culturais de natureza imaterial) promove a concorrência e, por vezes, a dissensão entre grupos,

vivenciada através de tensões e disputas, num contexto de lutas de representação, lutas por legitimidade e lutas políticas, que redundam em disputa por recursos direta ou indiretamente. (CHUVA, 2012, p.74)

Procurando compreender a evolução da participação da sociedade civil nas políticas patrimoniais, Maria Cecília Londres Fonseca (2009a) examinou os processos de pedidos de tombamentos entre 1970 e 1990. Ela relata que antes dos anos setenta a maior parte das solicitações vinha de dentro do próprio Sphan, mas que após esta data o número de pedidos externos aumentou consideravelmente. Os requisitantes eram membros do legislativo, prefeituras, grupos locais, instituições culturais e pessoas físicas (em menor número). Entretanto, os processos iniciados por funcionários do órgão receberam mais aprovações. A autora cita casos onde a população se mobilizou com protestos e abaixo-assinados, “sensibilizando” o Iphan: igrejas no Ceará e em Pati de Alferes, a Serra da Barriga (AL), a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em Rondônia e o Hotel Copacabana Palace. Estes casos de forte expressão popular foram, segundo ela, uma exceção. A autora ressalta que os mecanismos de pedido se tornaram mais acessíveis à população, mas a decisão continuou centralizada nos órgãos técnicos e reconhece a complexidade de uma mudança: “criar mecanismos institucionais em que a sociedade esteja representada poderia converter a seleção de bens para integrarem o patrimônio numa decisão mais política que técnica” (p.185). Outro ponto importante na conclusão de seu estudo é de que a apropriação política das discussões sobre patrimônio é distinta de uma ideologização da mesma: “politizar no sentido de que esses bens sejam apropriados simbolicamente pelos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira” (p.220).

Um texto de Joaquim Falcão (1984), na Revista do Iphan, ilustra seu repúdio a processos não-democráticos e elitizados de patrimonialização. Para o autor, as políticas culturais de preservação do patrimônio caracterizam-se como políticas públicas que podem ser analisadas sob dois aspectos: tendo-se em vista as metas propostas e os resultados alcançados ou levando-se em conta o processo decisório e administrativo de construção destas metas e dos meios de avaliação destes resultados.

Uma política pública também é definida pela eleição de uma ideologia cultural e financiada por recursos humanos e financeiros. Neste sentido, o autor critica uma política cultural que privilegie determinadas formas estéticas e arquitetônicas, e defende a proposta de Aloísio Magalhães para uma estratégia de patrimonialização que seja somatória e não eliminatória, que amplie a participação da sociedade nas tomadas de decisão, diminua a distância das mesmas em relação à burocracia estatal e incentive a prática da democracia. Esta

aproximação aumentaria o sucesso das políticas de preservação devido ao alargamento da esfera da discussão e da divergência, o que para Falcão é não só aceitável, como recomendável:

Quanto maior a participação das populações, maior será o debate público em torno das políticas e da prática de preservação. Mais complexas, diversificadas e até conflitantes serão as propostas e os pontos de vista sobre a preservação. A eventualidade da divergência é a essência da participação social ampliada. Não se deve temer de antemão a possibilidade da divergência e mesmo do conflito. Sobretudo se existem regras para o equacionamento destas divergências e conflitos democráticos. Pois o debate público elevará, em seu conjunto, o nível cultural das populações. (FALCÃO, 1984, p.45)

O autor argumenta ainda que a valorização da cultura popular reconfiguraria a proteção patrimonial em uma cultura de massa, que transformaria a própria população em guardiã e a alavancaria a uma questão nacional, que atrairia mais atenção e recursos. A cultura de massa, para ele, é positiva no sentido em que a preservação não pode prescindir da comercialização e da industrialização. Um exemplo dessa relação seria a viabilidade do tombamento de cidades históricas como Paraty e Ouro Preto. Ele reitera ainda que é muito importante que os cidadãos tenham acesso à elaboração dos atos normativos das políticas de proteção, ampliando democraticamente a participação de todos nos conselhos de tombamento, principalmente grupos étnicos, religiosos e regionais.

Starling (2012) elaborou um quadro explicativo que resume os quatro principais modelos de gestão do patrimônio cultural. O *modelo tradicional de preservação* corresponde à *fase heróica* do Sphan descrita no início deste capítulo, com a ênfase na preservação de bens materiais ligados a uma tradição europeia e que colocava as decisões nas mãos de especialistas.

Em seguida ela apresenta o *modelo de conservação integrada*, que amplia o conceito de cultura e valoriza as expressões populares, além de objetivar o equilíbrio da paisagem urbana e natural. Este modelo promove a revitalização de sítios e o desenvolvimento de sua funcionalidade. Embora tenha inicialmente uma preocupação de cunho social com o bem-estar da população local, após certo tempo ele é absorvido pelos interesses da especulação imobiliária, o que gera um processo de gentrificação.

A *reabilitação do patrimônio urbano* difere do modelo anterior por enfatizar a necessidade da sustentabilidade econômica das áreas revitalizadas, assim como a atribuição de novos usos para as edificações protegidas, por vezes com a espetacularização dos mesmos,

por exemplo, através de sofisticada iluminação noturna das fachadas. O número de atores envolvidos no processo é ampliado, através de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, mas que novamente segmentam a população, como no caso da revitalização do Pelourinho, em Salvador, ou do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro:

As intervenções urbanas de forma geral envolvem processos de enobrecimento que transformam lugares degradados, em muitos casos passando por processos de esvaziamento populacional, em espaços aos quais são atribuídas novas funções, quer seja de residência para segmentos sociais mais abastados, quer seja de espaços de lazer, entretenimento e consumo da população. (STARLING, 2012, p. 98)

O último modelo diz respeito à *governança participativa e deliberativa*, uma exigência dos movimentos sociais que criticavam a falta de transparência administrativa, as decisões centralizadas e o urbanismo desenvolvimentista capitaneado por interesses privados, além de lutarem pela melhoria da qualidade de vida para a população. Em tese, é sem sombra de dúvida a proposta mais democrática e a mais apropriada para o desenvolvimento da cidadania:

Dada a complexidade do cenário de gestão do patrimônio em integração com as políticas urbanas, e tendo em vista a ampliação da concepção de patrimônio contida nos princípios das Cartas Internacionais e nas demandas crescentes das coletividades, o novo modelo de gestão busca um processo progressivo de compartilhamento entre Estado e sociedade. Esse processo pode envolver, de um lado, a inclusão de vários atores nos contratos urbanos e nas parcerias público-privadas e, de outro, a criação de fóruns participativos e deliberativos, que ampliem a participação dos vários segmentos sociais nas decisões relativas ao setor.

Essas mudanças nas formas de intervenção no patrimônio e no espaço urbano foram precedidas pelos movimentos sociais urbanos, que irromperam na cena política, nos anos de 1960 e 1970, em vários países da Europa e da América. As críticas e reivindicações urbanas destes movimentos em torno de moradias e de serviços urbanos básicos, como transporte, saneamento e cultura, serviram também como bandeiras pela democratização da gestão e contra a corrupção, a falta de transparência da gestão pública e acentralização dos processos decisórios. Demarca-se, aí, o início da trajetória do cidadão como interlocutor dos projetos urbanos e de intervenção no patrimônio. (idem)

Alguns exemplos confirmam esta apropriação da questão patrimonial pelos movimentos sociais, por vezes desencadeando conflitos extensos, como no caso da Turquia. Um artigo da BBC sugere que uma das insatisfações da população seria a crescente islamização do Estado, sob o comando do Primeiro Ministro Recep Tayyip Erdogan. O governo de Istambul queria remodelar a área do Parque Gezi, ao lado da Praça Taksim,

derrubando a área verde e construindo a réplica de um antigo quartel militar do século XIX, além de uma mesquita e um centro comercial. O parque foi então ocupado por um grupo de ambientalistas, cujo protesto foi reprimido com excesso de força pela polícia, que utilizou canhões de água e gás lacrimogêneo. A violenta retirada dos manifestantes fez com que uma onda de revolta se espalhasse pelo país e a justiça turca posteriormente decidiu pela manutenção do parque no local. (BBC NEWS, 2013)

Um relatório da Anistia Internacional acusou as autoridades turcas de total intolerância com os protestos pacíficos, com o governo criminalizando o tradicional e inofensivo *panelaço*, perseguindo comerciantes que abrigavam manifestantes, intimidando jornalistas que cobriam os eventos e médicos que prestavam socorro aos feridos, vigiando as redes sociais Twitter e Facebook e aplicando leis antiterrorismo. (AMNESTY INTERNATIONAL, 2013)

É interessante notar que este movimento foi desencadeado por um outro evento similar em Istanbul: a demolição do histórico Cinema Emek para a construção de um shopping center. Diretores, atores e simpatizantes da causa se reuniram no antigo imóvel para protestar e foram também retirados com violência pela força policial. O cinema, entretanto, não foi poupado. (HÜRRİYET DAILY NEWS, 2013)

Outras cidades do mundo também viram mobilizações recentes contra a destruição de prédios históricos. Em Kiev, capital da Ucrânia, 300 moradores se reuniram para tentar salvar algumas casas históricas que dariam lugar a um centro comercial. O responsável pelo projeto ouviu os manifestantes e prometeu redesenhá-lo. (EURONEWS, 2012). Atenas também enfrentou objeções contra a privatização de algumas casas consideradas de alto valor arquitetônico, de estilo neoclássico do início do estado moderno grego. A venda seria em função da catastrófica situação financeira do país, mas tanto esquerdistas como conservadores se opuseram à negociação como tentativa de quitação das dívidas do estado (SMITH, 2014).

Também contrária à opinião pública foi a retirada de partes do Muro de Berlim para a construção de uma via de acesso às obras um condomínio de luxo. Conhecida como East Side Gallery, uma galeria a céu aberto, esta porção do muro é toda decorada com desenhos e atrai muitos turistas. Os opositores conseguiram impedir o avanço dos trabalhos, expressando sua insatisfação com o crescimento da especulação imobiliária na área (GRIESHABER, 2013).

No Brasil encontramos casos semelhantes. Atualmente, na cidade de Recife, há o movimento Ocupa Estelita, que tenta reverter o processo de transformação do antigo Cais José Estelita em uma área de condomínios de luxo (PINTO, 2014). Situado entre a praia de Boa Viagem e a parte antiga da cidade, abriga um velho pátio ferroviário e armazéns de

açúcar abandonados. Um pool imobiliário adquiriu o terreno, mas logo surgiram as mobilizações e contestações judiciais. O local foi ocupado por ativistas logo após as primeiras movimentações das máquinas.

Segundo a revista Carta Capital, a demolição teve início durante a noite, mas um publicitário que passava pelo local fez algumas imagens com o celular e rapidamente as encaminhou para alguns de seus contatos, antes de ser agredido por seguranças (TRUFFI, 2014). O caso está repercutindo no país inteiro e conta com o apoio de várias personalidades. Outro exemplo vindo de Recife foi a demolição do Edifício Caiçara, imóvel da década de 30 em estilo neocolonial. Embora tenha tido o pedido de tombamento rejeitado pelo Conselho Estadual de Cultura, sua demolição gerou indignação nas redes sociais (NE10, 2013).

É portanto evidente a adoção de práticas ciberativistas pelos movimentos sociais, no sentido de que eles estão inseridos em uma “luta pela possibilidade de construção e definição dos significados através de discursos públicos” (PEREIRA, 2011, p.3), buscando criar fluxos midiáticos de oposição tanto através das mídias massivas como meios de comunicação independentes, trazendo para a esfera pública questões que não tinham visibilidade e buscando a adesão de militantes ocasionais. Estas questões por vezes dizem respeito à proteção de um bem patrimonial, seja no âmbito cultural, histórico ou ambiental. Somente as autoridades designadas têm poder jurídico de realizar um tombamento ou o registro de proteção; mas para muitos teóricos do patrimônio, a opinião pública pode e deve se manifestar sobre o processo. No próximo capítulo vamos procurar compreender o que ativismo digital tem a oferecer a esta dinâmica.

2 ORIGEM, POTENCIAL E LIMITES DO CIBERATIVISMO

Quais as possibilidades que a internet oferece para que tenhamos uma sociedade mais transparente e mais democrática? As redes sociais digitais podem constituir um espaço público decisório sobre as questões urbanas? O poder da especulação imobiliária pode ser ameaçado pela oposição da opinião pública? São questões bem complexas e que certamente não temos a pretensão de resolver. Entretanto, podemos ampliar a compreensão sobre as variáveis envolvidas nestes processos.

Nas próximas páginas procuraremos apresentar as condições sociais e técnicas que influenciaram o surgimento da internet e das práticas ciberativistas, em especial a contracultura dos anos setenta e o *espírito hacker*. Levantaremos uma discussão sobre a potencialidade da internet como espaço público de deliberação e também apresentaremos os fatores que restringem - para não dizer ameaçam - a liberdade dos usuários.

Pierre Levy acredita que a cibercultura desenvolve as capacidades de “aquisição de informação, de expressão, de associação e de deliberação dos cidadãos” (LEMOS; LEVY, 2010, p. 12), aumentando a potência do povo. Ela está apoiada em três alicerces: a interconexão, que cria o tecido de relações entre territórios, pessoas, dados, máquinas e instituições; a criação de comunidades, dada a necessidade humana de se relacionar; e a propensão à inteligência coletiva, o aumento das capacidades cognitivas humanas, como a memória, a aprendizagem, a lógica e a criatividade.

David de Ugarte (2008), em seu *livro-manual para ciberativistas* intitulado O Poder das Redes, afirma que “a tecnologia, em especial a das comunicações, produz as condições de possibilidade de mudanças na estrutura de poder” (p.29). O autor nos lembra que o telégrafo foi a chave que possibilitou a expansão do imperialismo, a união entre a Europa e a América, o nascimento das agências de notícias, da imprensa popular e a do movimento sindicalista operário. Rheingold (2008) compartilha desta visão:

Communication media, literacies, and political governance have coevolved for millennia. Much has been written about the role of print and literacy in the emergence of the democratic public sphere. A rich literature has grown around the role of the printing press in the Protestant Reformation and the emergence of constitutional democracies. Communication technologies and literacies possess a power that has, on many occasions, proven mightier than physical weaponry—the potential to amplify, leverage, transform, and shift political power by enabling people to persuade and inform the thoughts and beliefs of others. (RHEINGOLD, 2008)

Sob um ponto de vista técnico, Manuel Castells (2011) divide a história da revolução da informática em três períodos: a microeletrônica, os computadores e as telecomunicações. O primeiro foi marcado pela invenção do transistor em 1951 e do circuito integrado em 1957, a introdução do silício em 1954 e a criação do microprocessador, ou “o computador em um único chip” (p.77) em 1971. A evolução dos computadores é conhecida por todos: o famoso Eniac, parceria do exército americano com a Universidade da Pensilvânia, era uma enorme calculadora que ocupava uma quadra de esportes inteira e cujo consumo de energia afetou o abastecimento do estado da Filadélfia. Naquela época, o conceito de computador para uso pessoal era inexistente.

Na década de 70, dois jovens com o mesmo nome, Steve Wozniak e Steve Jobs, abandonaram seus cursos universitários e criaram na garagem da sala de seus pais o primeiro microcomputador: o Apple 1. O sucesso estrondoso fez com que a IBM entrasse no mercado com o *PC*. Paralelamente, Bill Gates e Paul Allen, que também haviam largado os estudos em Harvard, desenvolviam um software chamado *Basic* e criaram a Microsoft. Castells destaca que o aumento da capacidade de armazenamento e processamento dos chips, ao ponto de suportarem enormes compartilhamentos em rede, foi um dos pilares da revolução digital. Também decisivos foram os avanços na área das telecomunicações, com o desenvolvimento de roteadores, comutadores, transmissões por fibra ótica, satélites e telefonia celular, entre outros.

Os avanços russos na corrida espacial intimidaram o Departamento de Defesa Americana, que decidiu desenvolver uma rede descentralizada que pudesse preservar as informações em caso de ataque nuclear. Essa rede era a ARPANET e era a princípio somente utilizada pelos militares e por quatro universidades que faziam contribuições às suas pesquisas. Mas devido ao seu irresistível apelo comunicativo, os cientistas começaram a enviar mensagens pessoais sobre diversos assuntos pela rede, e assim em 1983 optou-se por uma separação entre a rede militar e a científica. A ARPANET é então aberta a todos os pesquisadores, e posteriormente ela passa a se chamar INTERNET. Os militares se retiram de sua administração, que é passada à National Science Foundation. O próximo passo, frente ao seu enorme potencial comercial, foi a sua completa privatização e sua liberação de qualquer autoridade supervisora.

Nos anos seguintes os esforços se concentraram na ampliação das capacidades de transmissão e na criação de protocolos de comunicação que tornassem possível a conversação entre os computadores. O protocolo TCP/IP tornou-se o padrão, mas ainda havia a necessidade de adaptá-lo ao UNIX, um sistema operacional financiado por verba pública que

tornava possível a conexão de um computador a outro. Podemos notar aqui o imenso esforço e investimento de diversos setores formais da sociedade para que a rede mundial de computadores se tornasse uma realidade. Entretanto, fatores culturais também foram decisivos para este processo.

2.1 A cultura hacker e o desenvolvimento da Internet

Castells (2011) enumera quatro pontos que convergiram para dar origem à Internet: estratégia militar, cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovação contracultural: o espírito libertário californiano e a cultura hacker. Desde o clássico filme dos anos oitenta “Jogos de Guerra”, no qual Matthew Broderick é um jovem que acessa o sistema nuclear americano, a compreensão popular do *hacker* se restringe ao cibercriminoso que invade computadores para roubar senhas de contas bancárias ou espalha informações confidenciais pela rede como forma de chantagem ou pressão política. Há, entretanto, uma visão mais positiva sobre esta figura: a de alguém que penetra num sistema fechado para modificá-lo e melhorá-lo.

Os EUA instituíram em 2013 o primeiro de junho como o *National Day of Civic Hacking*, um reconhecimento oficial da existência das *hacking communities*, ou grupos de pessoas envolvidas no desenvolvimento colaborativo de softwares livres que possam ajudar a resolver problemas urbanos, num “ecossistema para a mudança” (NOYES, 2013). Nada surpreendente, tendo Barack Obama sido eleito com enorme ajuda das campanhas nas redes sociais.

Catherine Bracy, da organização Code for America⁷, sustenta que a história americana é marcada por esse espírito inovador: “Hacking is really Just any amateur innovation on na existing system, and it is a deeply democratic activity” (BRACY, 2013). Para ela, Benjamin Franklin foi um grande hacker que nunca registrou patentes, pois acreditava que o conhecimento deveria ser compartilhado. O *hacking* positivo é um movimento mundial, como por exemplo no México, onde o legislativo queria contratar uma firma para desenvolver um aplicativo de controle financeiro por um valor altíssimo. A opinião pública se levantou contra o gasto excessivo e a comunidade local foi convidada a desenvolver uma solução mais barata. Rapidamente surgiu um projeto para um *app* bem mais econômico e eficiente. Bracy explica

⁷<http://codeforamerica.org/>

que a filosofia de sua organização é aproximar a sociedade e os desenvolvedores de tecnologias, normalmente arredios a questões políticas, das decisões governamentais.

Pekka Himanen (2001) é o autor de um célebre livro sobre a cultura hacker: *A ética dos hackers e o espírito na era da informação*, uma referência óbvia à obra de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Weber propõe que o capitalismo se desenvolveu sob a influência da religião protestante, no sentido de ser um dever do homem multiplicar os talentos recebidos e desenvolver a atividade comercial, em oposição ao ascetismo católico de desprendimento do mundo material; logo, para o protestante, a acumulação do excesso da produção e o lucro são não só naturais, como desejáveis, pois o trabalho é o lugar de salvação do homem, tirando-o do ócio das tentações.

Sob o ponto de vista de Himanen, entretanto, o trabalho do hacker não é motivado pelo dinheiro ou pelo dever, e sim pelo prazer e pelo reconhecimento social; o programador hacker é alguém que se estimula com os problemas a serem resolvidos e se diverte durante o processo. Seu estilo de vida é flexível, com horários de trabalho alternativos e até mesmo a liberdade de vestir-se como quiser. Em outras palavras, o hacker é alguém que tem paixão pelo seu trabalho, independente da área ou da época, e especificamente na área da informática preza pela liberdade e pelo compartilhamento dos conhecimentos (SILVEIRA, 2010). Quando discutimos atualmente no Brasil as pautas do Marco Civil da Internet, estamos buscando preservar muitos destes princípios da filosofia *hacker*, como a neutralidade da navegação, a privacidade de conteúdos e a proteção dos dados pessoais do usuário.

Eric Steven Raymond (2001), famoso escritor, programador e defensor do código aberto, afirma em seu guia *How to become a hacker*, que os hackers são parte uma cultura que construiu a internet e são os responsáveis pelo seu funcionamento; aqueles dedicados a cometer crimes cibernéticos nada têm de *hackers*, são os *crackers*. Segundo ele, “os *hackers* constroem coisas e os *crackers* as quebram” e a mídia precisa aprender a diferenciá-los. Um bom exemplo é a história do programador Robert Stallman. Funcionário do MIT no início dos anos 80, ele se irritou com o mau funcionamento de uma impressora defeituosa que mastigava as folhas de papel e pediu à fabricante o código-fonte da máquina para que pudesse reprogramá-la e corrigir o problema. A empresa, com medo de que copiassem comercialmente seu produto, negou o pedido. Stallman, ainda mais irritado, teve então a ideia de criar um software de código livre, o GNU⁸, que pudesse ser adaptado por qualquer usuário em função de suas necessidades.

⁸um trocadilho com o nome do sistema fechado mais utilizado na época, o UNIX. O GNU influenciou a posterior criação do sistema Linux, o mais emblemático software de código aberto existente.

Segundo Manuel Castells (2011), a invenção do modem também é resultado desse espírito *hacker*: foi obra de dois estudantes de Chicago que queriam descobrir um jeito de transferir programas por computador via telefone, para evitar o difícil deslocamento durante o rigoroso inverno de Illinois. Ugarte (2008) narra um episódio ainda mais antigo: em 1969, um matemático chamado Whitfield Diffie desvendou por conta própria os segredos militares sobre a evolução da criptografia e aprimorou o sistema, criando a criptografia assimétrica, que é utilizada até hoje. O autor concorda com Pekka Himanen no sentido da cultura hacker ser indissociável de uma cultura da liberdade e do trabalho por prazer:

A cultura hacker representará a forma de organização alternativa, própria do sistema de incentivos reclamado por esses grupos de pesquisadores auto-organizados. Sistema de incentivos que questiona a denominada propriedade intelectual e a própria topologia da estrutura da informação. Para criar, para gerar valor, os hackers necessitarão de livre acesso às fontes de informação. Cada nodo reclamará seu direito de conectar-se com os demais, sem passar pelos filtros dos nodos centrais. Desse modo, darão uma nova forma ao desenvolvimento das ferramentas tecnológicas herdadas. O PC e a Internet são as formas que, sob uma estrutura distribuída, a informática e a transmissão de dados assumem. (UGARTE, 2008, p.24)

Antoun e Malini (2013) relacionam a cultura hacker à abertura da rede para um sistema de conversação internacional sobre assuntos pessoais e também políticos. Também concordam que essa transformação ocorreu sob influência do movimento da contracultura e das lutas antidisciplinares⁹: as revoltas estudantis de 68, o movimento hippie, os protestos contra a guerra do Vietnã, a tríade sexo, drogas e rock'n roll, o movimento gay, e o movimento feminista, enfim todo um panorama favorável às expressões pela liberdade de pensamento e de ação que tiveram forte representatividade na cultura californiana dos anos 70. Como vimos, a Arpanet era uma rede à qual o público em geral não tinha acesso, com seus nós restritos a universidades e centros de comando militar, mas como colocam os autores:

de outro lado, aparecem os *hackeadores* da rede, fazendo dela um dispositivo de conversação e relações sociais comunitárias, onde cada um tem sua própria voz sem precisar passar pela intermediação de instituições e discursos oficiais ou comerciais. (ANTOUN; MALINI, 2013, p.18)

Surgem as primeiras formas conhecidas dos grupos de discussão online, como por exemplo, a Usenet, um fórum de discussão sobre a rede operacional Unix que distribuía as notícias publicadas sem a necessidade de um nó central. O sistema de indexação dos textos

⁹conceito de Michel Foucault sobre as tentativas de escapar ao controle social

permitiu a organização de grupos por assuntos (as primeiras comunidades virtuais) e estabeleceu um mecanismo de livre conversação entre todos os participantes.

Nos anos 80 surgiram também os BBs, ou *Bulletin Boards System*, dentro de uma rede criada pelo ativista Tom Jennings, a FidoNet, que se diferenciava da Usenet por permitir ao usuário que se tornasse ele próprio um servidor e cobrasse pelo acesso à informação ali disponível. O sucesso foi tanto que o sistema chegou até a Rússia. Segundo os autores, esse período dos BBs coincide com um fortalecimento das ONGs e elas aproveitaram largamente essa possibilidade de comunicação subterrânea, inclusive, como no caso do Brasil, para articular ações de reestabelecimento da democracia. Era o nascimento do ciberativismo:

Além da promoção de uma nova cultura, com a expansão da internet, surgiu uma série de movimentos de ação direta, com práticas sociais e comunicativas específicas, explicitando uma rede de relações e de novos conflitos sociais; ampliou-se e diversificou-se o termo *ativismo*, de origem estadunidense, enquanto modalidade de organização e ação política direta de base (marcada pela difusão de informações na rede com objetivo de boicotar o consumo de determinados produtos, e também das ocupações, manifestações e protestos ligados aos direitos humanos, civis e ambientais) (Di Corinto e Tozzi, 2002); e surgiu um novo tipo de participação baseada na construção de redes informativas pela difusão de informações na rede com objetivo de defesa dos recursos naturais e do ambiente, das diversidades culturais e das culturas indígenas, além do ativismo nos territórios e na participação de fóruns mundiais contra o neoliberalismo às formas de conflitualidade contra o G8 até a reforma da ONU. (DI FELICE, 2012, p.34)

2.2 A web como espaço de livre emissão e deliberação

Diversos autores postulam que a principal característica comunicativa do ciberespaço é permitir a livre emissão de narrativas. Massimo di Felice (2013) desenvolve esta ideia dividindo a história do ativismo digital em três etapas: na primeira, movimentos sociais previamente constituídos no espaço físico utilizaram a internet para disseminar internacionalmente suas temáticas e reivindicações, através de uma estrutura de rede centralizada. Entre os grupos constituintes deste primeiro momento o autor destaca a *Association pour La Communication Progressiste* e associações feministas, entre outros.

A segunda, descentralizada, se refere ao surgimento de pautas inéditas, dentro da própria rede, reunindo internautas de localidades e perfis distintos, ultrapassando questões delimitadas por lutas de classes e disputas institucionais. O destaque desta fase é o movimento zapatista:

num primeiro momento reunido em apoio ativo às lutas zapatistas, mas sucessivamente capaz de se reconstituir autonomamente em diversos contextos e países. Indígena e cibernética, a luta zapatista inspirará todos os fóruns mundiais e a conflitualidade que se expressariam em seguida, como prática de protesto midiático e confronto físico nos encontros e reuniões dos países mais ricos: Seattle (1999), Praga (2000) Davos (2001), Genova (2001) etc. (DI FELICE 2013, p. 57)

A evolução técnica para a web 2.0, as redes sociais e a comunicação ubíqua marcam a terceira etapa, que segundo o autor é caracterizada

pela passagem de uma forma de conflitualidade informativa-mediática para formas reticulares autônomas e colaborativas de ativismo que, em muitos casos, serão responsáveis pela implementação de radicais processos de transformação (idem).

É o momento da passagem da mídia alternativa para a mídia participativa, marcada pela conversação e pelo compartilhamento de conteúdos, através de uma estrutura em rede *distribuída*, onde cada nó tem o mesmo poder e importância que cada um dos outros. Este processo culmina na Primavera Árabe, no M-15 espanhol, no Occupy Wall Street e nas manifestações de junho de 2013 no Brasil, que, como pudemos testemunhar, foram transmitidas em tempo real por coletivos de mídia alternativa.

Para André Lemos e Pierre Levy, a livre emissão de narrativas é o primeiro princípio da cibercultura:

A possibilidade de qualquer pessoa consumir, produzir e distribuir informação sob qualquer formato e em tempo real e para qualquer lugar do mundo sem ter que movimentar grandes volumes financeiros ou ter de pedir concessão a quem quer que seja. Isso retira das mídias de massa o monopólio na formação da opinião pública e da circulação da informação. Surgem novas mediações e novos agentes, criando tensões políticas que atingem o centro da polis em sua dimensão nacional e global. (LEMOS; LEVY, 2010, p.25)

O segundo princípio, decorrente do primeiro, é o da conexão e da conversação mundial, “uma interconexão planetária fomentando uma opinião pública ao mesmo tempo global e local” (idem), onde uma questão específica, seja sobre patrimônio, ou defesa de grupos minoritários, ou ainda ecológica, por exemplo, podem agregar apoiadores do mundo inteiro, desde que se sensibilizem.. O terceiro princípio é uma consequência direta destes dois: uma reconfiguração social, cultural e política, onde as mídias de função massiva entram em conflito com as pós-massivas (BEZERRA, 2013). Lemos afirma, entretanto, que a estrutura

massiva é importante para gerar um sentimento de comunidade e que ela não vai desaparecer e sim se transformar, enquanto a pós-massiva caminha para formar uma paisagem desterritorializada.

Em relação a alternativas para as narrativas produzidas pelas grandes empresas de comunicação, Antoun e Malini destacam a figura do midialivrista, ou um *hacker das narrativas*:

O midialivrista é o *hacker* das narrativas, um tipo de sujeito que produz, continuamente, narrativas sobre acontecimentos sociais que destoam das visões editadas pelos jornais, canais de TV e emissoras de rádio de grandes conglomerados de comunicação. Em muitos momentos, esses *hackers* captam a dimensão *hype* de uma notícia para lhe dar um outro valor, um outro significado, uma outra percepção, que funcionam como ruídos do sentido originário da mensagem atribuído pelos meios de comunicação de massa. Essa narrativa *hackeada*, ao ser submetida ao compartilhamento do muitos-muitos, gera um ruído cujo principal valor é de dispor uma visão múltipla, conflitiva, subjetiva e perspectiva sobre o acontecimento passado e sobre os desdobramentos futuros de um fato. (ANTOUN; MALINI, 2013, p.23)

Os autores diferenciam o midialivrista de massa do midialivrista ciberativista. O primeiro busca tirar das grandes empresas de comunicação o controle sobre a emissão das informações. Ele faz isto de maneira organizada, representando um determinado movimento social, com pautas planejadas, normalmente através de rádios comunitárias e mídia impressa alternativa. Já o segundo representa a possibilidade da emissão individual, desvinculada de qualquer grupo e através da internet. Os dois comungam, entretanto, do mesmo objetivo: a liberação da palavra.

Para John Durham Peters (1999, apud DI FELICE, 2013) há duas formas básicas de comunicação: a *disseminação* diz respeito à liberação da emissão da palavra, através de canais independentes das grandes empresas de mídia. A segunda, baseada no exemplo socrático, é o *diálogo*, “entendendo com este a especificidade de uma arquitetura informativa que em lugar de difundir a si própria, muda-se na medida em que vem se comunicando” (DI FELICE, 2012, p. 63). Assim, as redes assumem uma característica que vai além da transmissão de mensagens: elas se tornam *criadoras*. Este pensamento, sustentado pela Teoria Ator-Rede, desenvolvida por Michael Collon e Bruno Latour (2012), coloca em cheque a concepção da sociologia tradicional estruturalista e propõe uma *sociologia das associações*. Latour propõe que a investigação de redes não deva partir de conceitos pré-fixados, mas sim que a compreensão do quadro reticular deva ser alcançada *a posteriori*, a partir das relações entre seus elementos, inclusive os não-humanos.

A internet atual seria mais caracterizada pela disseminação de informações ou pelo diálogo? As redes sociais digitais podem propiciar um retorno da sociedade à esfera pública de deliberação? Para compreendermos melhor este conceito podemos recorrer ao pensamento de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. Arendt (2013) dedicou-se a investigar as razões que permitiram o surgimento de governos totalitários e a indiferença da sociedade diante do holocausto, destacando como tais a perda do senso comum, o afastamento do outro e perda do espaço público. Ela também identificou uma incapacidade de pensamento, ou seja, a incapacidade de desconstruir uma mentira organizada:

A história do mundo moderno diz ela, poderia ser descrita como a história da dissolução do espaço público, por onde se expressava “um sentido cidadão de participação” e através do qual os homens podiam se reconhecer compartilhando de um destino comum. Nesta formulação, ela está, claramente, tematizando a sociedade moderna — essa sociedade que foi capaz de engendrar o fenômeno totalitário —, construindo as figuras de uma sociedade despolitizada, marcada pela indiferença em relação às questões públicas, pelo individualismo e atomização, pela competição e por uma instrumentalização de tudo o que diz respeito ao mundo, de tal forma que nele nada permanece como valor, como limite para uma ação que transforma tudo em meros fins para seus objetivos. (TELLES, 1990)

Em sua obra “A Condição Humana” (2007), encontramos a distinção de três aspectos básicos da experiência humana, *a vida activa*: o labor, o trabalho e a ação. O labor, subjugado à natureza, está relacionado à sobrevivência do indivíduo e à manutenção da espécie: a satisfação das necessidades básicas como alimentar-se, abrigar-se e reproduzir-se, numa circularidade de consumo e insatisfação.

A figura humana ligada à esta atividade é o *animal laborans*. Já o homem do trabalho, *o homo faber*, produz o artefato humano, o elemento artificial, conferindo “certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano” (p.17). Está ligado à técnica, à transformação da natureza, à criação do mundo e a um desafio à condição da mortalidade, pois os homens se vão mas suas obras, ou seja, o patrimônio, permanecem. O homem sai da condição de subjugado para dominador da natureza.

O terceiro viés, a ação, está essencialmente ligada à condição política e à busca do bem comum. Ela se insere na esfera do público, enquanto o labor e o trabalho constituem uma dimensão privada. O espaço público é o local do discurso, da deliberação, do enfrentamento dos problemas da comunidade. Hannah Arendt compreende que a ação se desenvolve a partir de duas dimensões do ser humano: a igualdade e a diferença; é a igualdade que permite um planejamento para as gerações futuras, e a diferença marca a originalidade de cada pessoa.

Essas dimensões se articulam então no espaço público, contando sempre com a novidade da ação, a iniciativa, que para Arendt é representada pelo nascimento. O espaço público é também o lugar de visibilidade, onde através do diálogo, diferentes pontos de vistas são compartilhados em busca de um senso comum. Ele também restringe o relevante do irrelevante:

Trama intersubjetiva ancorada no senso comum, a construção do mundo comum tem, portanto, uma dimensão cognitiva e valorativa, inscrita nos critérios através dos quais se torna possível discernir o relevante do irrelevante, o legítimo do ilegítimo, o justo do injusto, assim como a verdade da mentira, o fato da ficção. Enquanto critérios de discernimento, são referências a partir dos quais os homens podem se orientar num mundo caracterizado pela pluralidade dos agentes, pela contingência dos acontecimentos e pela imprevisibilidade dos efeitos da ação que cada qual realiza. E é isso que se esvai à medida que o espaço público se dissolve. A perda do espaço público significará a perda dessa relação objetiva com os outros homens e, com isso, a perda mesma de uma noção de realidade. (TELLES, 1990)

Arendt não tem a intenção de desqualificar a esfera privada, a vida em família ou os interesses particulares; ela entende, entretanto, que a deliberação pública é fundamental para a manutenção de um senso de realidade e a compreensão das necessidades comuns.

Guedes (2010) analisou a trajetória conceitual de Jürgen Habermas sobre o desenvolvimento histórico da configuração do espaço público como palco de deliberação sobre as políticas do Estado. Para o autor alemão, com o processo de enfraquecimento dos regimes feudais e monárquicos dando origem aos Estados Nacionais elevados acima da esfera da produção e do sistema de trocas, a burguesia introduziu os interesses privados na esfera do público, procurando discutir com a autoridade estatal as leis que regulariam o comércio e o trabalho social:

A esfera pública burguesa, portanto, constituía-se no locus de exercício da problematização e da crítica de atores livres contra o poder do Estado, com a finalidade de pressioná-lo e de interferir nas decisões sobre as políticas públicas, em direção aos anseios, expectativas e interesses universais. Através do diálogo e do confronto de diferentes argumentos e pontos de vista entre as pessoas privadas (proprietários) reunidas em salões e cafés, os assuntos de interesse geral discutidos, até então monopolizados pela Igreja e pelo Estado, adquiriam caráter público. (GUEDES, 2010, p.3)

A autora diz, entretanto, que há críticas ao filósofo por não haver evidenciado o componente de exclusão desta ampliação do espaço de discussão, pois a própria burguesia

deixara de fora do processo outros grupos, como os movimentos sócio-populares. Mais adiante, ela destaca a explicação de Habermas sobre a transformação da imprensa de opinião em uma imprensa comercial, que teria comprometido sua isenção em relação aos assuntos de interesse público. De fato, em sua obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, Jürgen Habermas (2003) faz uma densa análise sobre a importância da imprensa livre na origem do espaço público de debate. Originalmente a imprensa, artesanal e inserida no sistema das correspondências privadas, era encarada apenas como uma possibilidade lucrativa. Sua utilização política aparece depois, na Inglaterra, com períodos veiculando discursos políticos partidários e a opinião pública.

Esse tipo de imprensa pode ser observado de modo exemplar em épocas revolucionárias, quando os jornais dos menores grupelhos políticos brotam por toda parte como capim: na Paris de 1789, qualquer político meio importante funda o seu clube, um a cada dois cria o seu jornal: só entre fevereiro e maio surgiram então 450 clubes e mais de 200 jornais! (Habermas, 2003, p.231)

Posteriormente, entretanto, há um retorno do jornalismo como atividade comercial e o enfraquecimento do espaço de debate. A sociedade passa para uma posição de consumidora de cultura de massa e a esfera pública é apropriada pela propaganda, que pode ser comercial ou política, transformando o conceito de publicidade. Di Felice ressalta que as mídias são tradicionalmente consideradas “as responsáveis pela perturbação da exploração e da degradação cultural” (2013, p. 50), como distribuidoras e reproduzidas do sistema de produção capitalista, subordinando a “função social da comunicação à lógica produtiva” (idem), mas, segundo ele, alguns autores ponderam que mesmo a mídia de massa pode atuar como agente de emancipação e transformação social, principalmente através da crescente visibilidade dada a subculturas (VATTIMO, 1989, apud DI FELICE, 2013). E posteriormente, esta possibilidade libertadora seria potencializada pelas tecnologias digitais:

Com o advento da internet, as geometrias dos fluxos informativos passaram a ter uma alteração qualitativa, assumindo a forma de arquiteturas informativas ecossistêmicas coproduzidas pelos seus usuários, possibilitando, assim, a difusão e o incremento dos estudos sobre o papel socialmente emancipador da mídia. (DI FELICE, 2013, p. 52)

Diante disto, podemos apresentar uma questionamento: as redes sociais digitais criadas com fins comerciais, como o Facebook, podem exercer uma função de espaço neutro de deliberação? A rede de Mark Zuckenbergr seria uma plataforma que permite a livre

associação de ideias, ou na verdade é um instrumento de controle e vigilância? Há uma confiança excessiva nas possibilidades de evolução democrática e social promovidas pela internet? Vamos examinar estes pontos a seguir.

2.3 Ciberativismo: ciberutopismo?

Alguns autores ponderam sobre este *ciberutopismo*, descrito por Zuckerman (2014) como uma crença inocente, irreal ou exagerada nessas potencialidades e uma compreensão limitada das forças que influenciam o desenvolvimento das sociedades. Este conceito faz par com a ideia de *cibereticismo*, segundo a qual as novas tecnologias estão enfraquecendo os discursos e as relações sociais, além de aumentar os conflitos. Para este autor, é preciso que façamos uma reflexão sobre o nosso real nível de conectividade, procurando perceber se estamos restritos a nossos círculos mais próximos de pessoas e temas e ainda assimilando visões estereotipadas de outras culturas.

Outra crítica bastante comum à internet diz respeito à quebra de privacidade. A exposição da vida pessoal de alguém pode ter consequências catastróficas, como por exemplo, o suicídio de adolescentes que tiveram vídeos íntimos divulgados na rede. Celebidades, acadêmicos, políticos e executivos também têm sido alvo de escândalos, flagrados em comportamentos moralmente inaceitáveis como certas práticas sexuais, desvios de recursos ou comentários racistas. Nada parece escapar aos olhos do *big brother* mundial. Estamos nós sob vigilância constante, privados dos nossos direitos individuais?

Fuchs (2011) esclarece que a vigilância pode ser considerada como algo neutro e característico de todas as sociedades, na medida em que representa a coleta de informações para fins administrativos e é essencial para o funcionamento das organizações. Já o conceito negativo de vigilância considera que a mesma pode servir a atos de dominação, coerção e de violência. Adotando este último ponto de vista, o autor considera que o Facebook representa um tipo de vigilância panóptica que serve a interesses econômicos, através de um direcionamento personalizado de marketing delineado pela análise algorítmica do comportamento de seus usuários, especialmente suas “curtidas”: “The combination of the economic surveillance of a large mass of users combined with personalized advertising can therefore be characterized as a form of personal mass dataveillance” (FUCHS, 2011, p.138). Essa dinâmica depende, então, do feed de informações gerado pelos próprios usuários, operação que possibilitada tecnicamente com a introdução da web 2.0, que inaugurou a era das redes sociais digitais (social network systems):

Facebook is the most popular social networking site (SNS). SNS are typical applications of what is termed web 2.0, they are web-based platforms that integrate different media, information and communication technologies, that allow at least the generation of profiles that display information that describes the users, the display of connections (connection list), the establishment of connections between users that are displayed on their connection lists and the communication between users (FUCHS, 2011).

Assim sendo, na web 2.0 as relações sociais e as relações de poder estariam interligadas, com os sujeitos desfrutando da livre emissão de conteúdos, mas com suas publicações sob constante análise. As regras para o uso, processamento e venda das informações pessoais dos usuários são auto-reguladas e estão inseridas no contexto do pensamento liberal americano do livre mercado. Ainda segundo o autor, os termos de uso são demasiado longos e complexos e os internautas, apesar de expressarem seu consentimento, normalmente não tem pleno entendimento dos mesmos. Outro aspecto é a censura sobre o conteúdo: o Facebook tem um sistema de punição que limita as ações do usuário ou até suspende a conta caso ele transgrida as regras, visando o controle do seu comportamento (FOUCAULT, 1982, 1987). Por último, a vigilância não se restringe aos dados comerciais: a DRCI acompanha atentamente o movimento dos ativistas no Facebook, monitorando a criação de eventos (protestos e assembleias), formação de comunidades, redes de amigos e inclusive pedindo a quebra de sigilo de mensagens privadas.

Para Antoun (2010) a vigilância quer garantir a primazia das mídias massivas nas escolhas do sujeito, como reação às possibilidades de que se ele auto-constitua, determinando ativamente os produtos que vão fazer parte de sua formação e controlando os processos de memória e esquecimento da sociedade. O autor lembra que vigilância (*surveillance*, ou *sobre-cuidado*) diz respeito ao cuidado incessante, insone, da vigília sobre algo ou alguém, embora de modo mais insistente e exagerado que o simples velar. A vigilância, é entretanto, fadada ao fracasso. Do mesmo modo que o poder é incapaz de conter todas as erupções sociais do ciberespaço, o internauta que cuida incessantemente da construção e divulgação da sua imagem, embriagado pela busca da *curtida-aplauso*, não consegue controlar a utilização das informações que ele voluntariamente disponibiliza, na dinâmica constitutiva da sociedade de controle (DELEUZE, 1992).

Por outro lado, Fuchs admite que há aberturas no Facebook e em redes sociais dos mesmos moldes para ações de emancipação, resistência e contra-vigilância, embora

argumente que o espaço do poder e do contra-poder não são simetricamente distribuídos em função dos recursos que demandam para se estabelecerem.

Estas redes de contrapoder podem ser explicadas a partir do pensamento de Pierre Rosanvallon (2007) sobre a contrademocracia. Para o autor, a democracia está ligada à legitimidade do processo eleitoral e à confiança. A primeira é mais objetiva e controlável; a segunda é mais complexa, englobando uma dimensão moral a uma substancial, que é a preocupação pelo bem comum, além da dimensão temporal voltada para a manutenção do futuro. Ele afirma, entretanto que, paralelamente às tentativas de fortalecimento democrático, formou-se um estado de desconfiança política que busca velar para que o governo seja fiel a seu compromisso de mantenedor do bem comum. Este estado de desconfiança foi influenciado primeiramente por um rompimento com o otimismo tecnológico (vide todos os problemas ambientais causados pela industrialização em massa), uma regressão na ordem macro-econômica, onde não se pode mais fazer previsões seguras a longo prazo; e por último um fator sociológico, uma falta de confiança no próximo, que reflete numa falta de confiança nos governantes.

Assim sendo, a partir deste estado de desconfiança, surge no povo a busca de um contrapoder “estabilizador e corretor” (ROSANVALLON, 2007 p. 30), remediador do mau funcionamento das instituições. Esse poder controlador se desdobra em três aspectos: a vigilância, a denúncia e a qualificação, e se utiliza de mecanismos de sanção e obstrução das decisões governamentais, numa dinâmica permanente de veto por parte de diferentes grupos sociais, políticos e econômicos. O povo também se coloca como um juiz, tentando obter judicialmente suas reivindicações. Rosanvallon destaca o surgimento de associações diversas e de grupos de interpelação, face ao esvaziamento dos partidos políticos. A interação entre povo e política não se dá mais somente através do voto, mas também através da democracia de expressão, onde ocorre a manifestação dos juízos sobre o governo; da democracia de implicação, na qual os cidadãos produzem vínculos e na democracia da intervenção, que abarca as formas de ação coletiva em prol do objetivo desejado. A contrademocracia se mobiliza por um apelo à opinião pública através da publicidade, num estado de vigilância que busca controlar as ações do poder público. A denúncia e o escândalo são fortes armas neste processo – têm uma função de pressão e regulação, mas também carrega uma lição de civismo (idem, p.57); pretendem revelar o que estava oculto e expor os culpados. A denúncia busca resgatar e reafirmar os valores coletivos, minando a reputação e a confiança no acusado: é o popular *escracho*.

Para Manuel Castells, os movimentos sociais, ao longo da história, criam novos valores e exercem este contrapoder, organizado principalmente através de meios autônomos de comunicação, meios livres do controle do poder institucional, sendo as redes sociais digitais um destes meios.

Ao estudar as redes de movimentos sociais no início dos anos noventa, Scheren-Warren (2011), propôs que elas se identificam por quatro aspectos. Em primeiro lugar, elas se constituem no âmbito social e cultural, através de alianças entre diferentes atores e movimentos, numa articulação em torno de organizações de um mesmo tipo, como por exemplo, associações de bairro, ou acerca de uma mesma pauta. Em seguida a autora identifica um caráter de transnacionalidade, por vezes contando com financiamento internacional, construindo um intercâmbio de informações ou fortalecendo redes de pressão. Elas também se caracterizam por um pluralismo organizacional e ideológico, com atores sociais que participam de diversas organizações e redes, e uma forte atuação nos campos cultural e político. Ela antecipa o pensamento de Castells:

Atuam, por um lado, tendo em vista a transformação da opinião pública, mas, por outro, almejam constituir-se em força de pressão ao sistema institucional e aos padrões dominantes contrários a estes princípios. Desta maneira, as redes se caracterizam como fontes de pressão, sobretudo no campo cultural e no campo político. (SCHEREN-WARREN, 2011, p.122.)

Manuel Castells (2013) sugere algumas características sobre a onda de protestos que tomou o mundo nos últimos anos, como a Primavera Árabe, o movimento Occupy e as jornadas de junho de 2013 no Brasil. Inicialmente, estão conectados em diversas formas de redes horizontais e por diversas tecnologias, sem um centro ou liderança identificável, mas mantendo a organização e a comunicação entre diferentes núcleos e automaticamente reduzindo sua vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que envolvidos em um processo de auto-reflexão sobre suas práticas e objetivos.

Eles constituem um híbrido de cibernética e espaço urbano, nas manifestações de rua ou na ocupação de praças, prédios e outros locais públicos. Estas ocupações de espaço são importantes em primeiro lugar porque criam comunidades, gerando um sentimento de proximidade capaz de superar o medo. Além disto, carregam um forte poder simbólico, como por exemplo, a ocupação de Wall Street, numa evidente crítica ao sistema financeiro; e têm uma característica de retomada da própria cidade que teria sido apropriada por sistemas especulativos e burocráticos. Esta característica híbrida entre rede e rua faz com que estes

movimentos sejam, ao mesmo, locais e globais, virais e atemporais, podendo elencar apoiadores do mundo inteiro.

Castells considera importante compreender a motivação por trás de cada indivíduo que compõe a rede e como esta rede consegue organizar os objetivos comuns, ou seja, a pauta de contestações. Mais especificamente, a ação teria origem em um estado emocional de afetos positivos, como o entusiasmo, ou negativos, como a indignação. Estes afetos são compartilhados pelo grupo de indivíduos caso disponham de meios eficazes de comunicação:

Em termos concretos, se muitos indivíduos se sentem humilhados, explorados, ignorados ou mal representados, eles estão prontos a transformar sua raiva em ação, tão logo superem o medo. E eles superam o medo pela expressão extrema da raiva, sob a forma de indignação, ao tomarem conhecimento de um evento insuportável ocorrido com alguém com quem se identificam. (CASTELLS, 2013, p.19)

Para o autor, além da origem dos movimentos, é preciso que se faça uma avaliação do resultado de suas ações sobre as instituições da sociedade. A dinâmica que Castells descreve traduz, novamente, o espírito *hacker* de reprogramação:

Em resumo, para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm que reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer outra dimensão que pretendam mudar, introduzindo nos programas das instituições, assim como em suas próprias vidas, outras instruções, incluindo, em algumas versões utópicas, a regra de não criar regra sobre coisa alguma. (idem, p.21)

Não é possível, neste momento, afirmar com clareza quais destes prognósticos otimistas sobre o potencial libertador e democrático da internet se realizarão, ou quanto de inocência eles carregam. O que podemos fazer, concretamente, é buscar observar como estas ações ciberativistas estão se constituindo e procurar sistematizá-las de modo a compreender suas características fundamentais.

3 ESTUDO DE CASO: A DEFESA DA ALDEIA MARACANÃ

Como vimos nos capítulos anteriores, embora o efetivo poder de instituição da proteção patrimonial seja reservado às autoridades competentes – membros dos Iphan e dos outros órgãos, ou do Estado – são atualmente oferecidos à sociedade meios para aumentar sua participação no processo, por exemplo, através de conselhos consultivos e requisições de registros. Alguns setores da população, principalmente os movimentos sociais, têm expressado sua opinião com protestos e ocupações, mas as redes sociais digitais também têm sido utilizadas por estes grupos no sentido de captar apoio para a pauta da preservação do patrimônio. Plataformas como o Facebook permitem ao usuário a livre emissão de conteúdo, num sentido todos-todos, o que dá a ele independência da mídia corporativa para compartilhar suas narrativas. A condição para o uso desta ferramenta, entretanto, é que este mesmo usuário concorde que seus dados de navegação sejam armazenados e processados para fins comerciais e quiçá outros não-explicitados. A vigilância nas redes sociais digitais é uma realidade, mas o ativismo também. Menor em força, mas perseverante. Não se trata aqui de medirmos a eficácia destas ações; o objetivo desta pesquisa é compreender a forma e o conteúdo das mesmas.

Abordar o caso da Aldeia Maracanã é particularmente desafiador devido à sua contemporaneidade e complexidade. O empenho dos índios na luta pelo tombamento deste prédio foi visível a todos que acompanharam seu desenrolar pelos jornais, pela televisão e pela internet. Este riquíssimo universo pode ser investigado a partir de diferentes perspectivas acadêmicas - histórica, sociológica, antropológica, jornalística, indigenista - o que reitera a sua dimensão hipertextual. Identificamos alguns trabalhos acadêmicos sobre a presença indígena no contexto urbano e digital e acreditamos haver espaço para vários outros. Santos (2011) realizou pesquisa intitulada “Aldeia Maracanã: identidades, patrimônio e indigenidade em meio urbano” para o curso de Especialização em Sociologia da UERJ, na qual investigou as motivações dos índios para a ocupação e a permanência no prédio, através de um estudo etnográfico e pesquisa documental. Barreto (2014) dedica-se a compreender as práticas de invisibilização do indígena em distintos espaços, como aldeamentos, áreas rurais e urbanas, reflexão que permite aprofundar a compreensão sobre a questão acerca do antigo Museu do Índio. Eliete Pereira (2012) desenvolve importante pesquisa sobre o netativismo indígena, assim como Renata Daflon Leite (2010).

O antigo Museu do Índio está localizado em uma área de aproximadamente 14.300 m², entre a Rua Mata machado, a Radial Oeste e a Av Maracanã. É um casarão do início do

século XX, no qual Marechal Rondon criou o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) em 1910. Darcy Ribeiro, em 1953, transformou o local no Museu do Índio, que ali funcionou até ser transferido em 1977 para uma nova sede em Botafogo.

Figura 1: o antigo Museu do Índio



Fonte: Aldeia Maracanã Página Oficial

Em 1984 a União doou o imóvel para a COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), posterior CONAB (Companhia Nacional de Alimentos), que por sua vez o cedeu ao Ministério da Agricultura. Nenhum destes órgãos fez uso do local, e a construção foi gradativamente se deteriorando, servindo somente de abrigo a moradores de rua. Décadas mais tarde, mais precisamente em outubro de 2006, realizou-se na UERJ o 1º Encontro Movimento dos Tamoios, reunindo 35 representantes de 17 etnias indígenas diferentes. Durante este evento foi votada a ocupação do antigo museu:

Após o encontro, os representantes do movimento, acompanhados de sindicalistas e órgãos de mídia independente, marcharam até o local da ocupação e tiveram uma negociação longa com os seguranças e responsáveis pela administração do terreno e a ocupação ocorreu de forma calma e pacífica sem nenhuma ocorrência de tumultos graves. Os indígenas realizaram um Toré (manifestação com dança) mostrando os aspectos da cultura originária brasileira (ADITAL, 2006).

Os índios construíram ocas e pequenas casas no terreno e batizaram o local de Aldeia Maracanã. Começaram a desenvolver ali diversas atividades culturais: “contação de histórias”, cursos de línguas indígenas, confecção e venda de artesanato, música, danças e cerimônias religiosas. Também ofereciam hospedagem a indígenas de outros estados. Antropólogos, indigenistas e historiadores logo se interessaram por aquela comunidade e formalizaram um pedido de tombamento ao Iphan. O processo, entretanto, não seguiu adiante.

Com a escolha do Brasil como país-sede da Copa e do Rio de Janeiro como Cidade Olímpica, o Governo do Estado anuncia, ao final de 2012, a compra do terreno e a subsequente demolição do imóvel. É neste momento que a mobilização dos movimentos sociais contra o projeto de privatização do Maracanã traz para a esfera pública o drama dos índios urbanos.

Em outubro de 2012, quando o governo estadual convoca no Diário Oficial audiência pública para discutir o modelo de concessão da administração do Complexo do Maracanã (MOITAS, 2012). O contrato teria duração de 35 anos e o investimento previsto seria de 469 milhões de reais. No projeto, a criação de um pólo de entretenimento com bares, restaurantes, lojas e estacionamento para dois mil carros. Para tal seriam demolidos o Parque Aquático Julio Delamare, o Estádio de Atletismo Célio de Barros, a Escola Municipal Friedenreich e o prédio do antigo Museu do Índio. Os equipamentos esportivos haviam sido reformados para os Jogos Panamericanos de 1997 e eram utilizados tanto por esportistas profissionais quanto pelos moradores da área. A Escola Friedenreich estava no alto do ranking do Ideb nacional e era motivo de orgulho para pais, alunos e professores. O prédio do antigo Museu do Índio, em estado de abandono, havia sido ocupado em 1997 por um grupo de indígenas que reivindicava o seu tombamento e recuperação. O governo argumentou que as demolições eram necessárias devido a demandas de mercado sobre o conforto e lazer dos torcedores, além de exigências da FIFA em relação a acesso e tempo de evacuação do estádio e preparou o edital de concessão.

Segundo Lucia Valle Figueiredo (2007), é a Lei de Licitações e Contratos número 8.666/93 que estabelece a audiência pública como mecanismo de participação popular. Ela possibilita a qualquer cidadão acompanhar um processo licitatório, solicitar à Administração os valores das obras, impugnar preços de compras acima do mercado e estabelece “a necessidade de audiência pública para licitações de grande vulto” (p.3). A lei permite ainda a qualquer cidadão impugnar o processo de licitação. A autora destaca ainda que o procedimento licitatório não tem início com a publicação do edital e sim com a realização da audiência pública. Assim sendo, sua finalidade é permitir a participação popular no processo decisório, podendo o cidadão apresentar questionamentos e pedir esclarecimentos técnicos e

financeiros sobre as obras, visando a transparência do processo administrativo. Ela não pode constituir mera formalidade e sim um real diálogo com a comunidade interessada.

Como destaca Saule Junior (1998), a democracia representativa e participativa é um direito constitucional que caracteriza o estado democrático de direito, buscando proteger a dignidade da pessoa humana e assegurar o exercício da cidadania através de instrumentos como o Conselho, o plebiscito, o referendo popular, o orçamento participativo, a iniciativa popular para a criação de leis, a ouvidoria pública e a audiência pública. Todas estas ferramentas têm como objetivo a ampliação do poder de decisão da população:

A democracia participativa tem como premissa o interesse básico dos indivíduos na autodeterminação política e na abolição do domínio dos homens sobre os homens e concebe a formação de vontade política de baixo para cima num processo de estrutura com a participação de todos os cidadãos. A participação política visualiza a cidadania e a mudança do poder nos vários domínios sociais (SAULE JUNIOR, 1998, p.3).

O autor reitera que o processo administrativo é um instrumento da democracia, que visa limitar a ação do Estado de modo a prevenir abusos de poder. A recusa em oferecer as condições para a deliberação prévia à tomada de decisões é anticonstitucional:

O devido processo legal deve ser observado em todas as atividades do setor público, especialmente nos processos de tomadas de decisões sobre assuntos de interesse coletivo e difuso, que tem a natureza de um processo administrativo como da definição de tarifas públicas, da elaboração e execução do orçamento, de privatização dos serviços públicos, de aprovação de planos urbanísticos, da concessão de licença para projetos de grande impacto ambiental e de vizinhança. É essencial que seja reconhecida pela Administração Pública no processo administrativo, a capacidade processual coletiva de grupos de cidadãos, de comunidades atingidas pelas decisões administrativas e suas entidades representativas, de organizações emovimentos populares, de associações de classe, de organizações não governamentais para a tutela dos direitos coletivos e difusos dos cidadãos (idem, p.5).

A audiência pública, especificamente, pode ser utilizada tanto na esfera administrativa como legislativa, podendo ser inclusive solicitada pelos cidadãos. Nos municípios, este instrumento é obrigatório para a aprovação de leis orçamentárias e do plano diretor, que diz respeito à ordenação urbana e à garantia do bem estar de seus habitantes. Ela possui uma dupla função comunicativa, bidirecional, tanto de fornecer ao público as informações relevantes sobre o projeto em debate quanto de permitir a este que manifeste suas opiniões sobre o mesmo. A não realização da audiência pública, nos casos previstos por lei, configura vício do processo e torna as decisões administrativas ou legislativas inválidas.

A audiência pública sobre a concessão do Maracanã foi realizada no dia 08/11/2012 no Galpão da Cidadania do bairro da Gamboa, integrante do projeto de revitalização da área portuária do Rio de Janeiro, o Porto Maravilha. Estavam presentes representantes de movimentos sociais, pais, professores e alunos da Escola Friedenreich, parlamentares e índios da Aldeia Maracanã (BALTAR, 2012). Eles argumentavam que o encontro não passava de uma mera formalidade, pois as decisões já haviam sido tomadas a portas fechadas. Gustavo Mehl, membro do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, explicou aos jornalistas que os manifestantes eram contrários ao processo de privatização do Maracanã, mas que lhes tinha sido negada a expressão da opinião: a audiência visava somente desenhar os moldes do edital licitatório. Os presentes exigiam a anulação do encontro e a escolha de uma nova data para discutir se a concessão deveria ser pública ou privada. Entretanto, o Secretário Estadual da Casa Civil, Regis Fichtner, recusou-se a interromper a reunião atribuindo a oposição a uma minoria, embora a imprensa tenha estimado a presença de cerca de 500 manifestantes (KFOURI, 2012).

O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas surgiu a partir das reflexões do Fórum Social Urbano, evento paralelo ao V Fórum Urbano Mundial que aconteceu no Rio de Janeiro em março de 2010. O WUF é um fórum técnico não-legislativo, organizado a cada dois anos pela agência Habitat, da ONU, que se propõe a discutir o urbanismo a partir de suas dimensões comunitárias, climáticas, econômicas e políticas. O evento reúne representantes de governos, ONGs, pesquisadores, setor privado e instituições financeiras de desenvolvimento, entre outros (WUF, 2014). Para os promotores do Fórum Social Urbano, entretanto, o evento da ONU prioriza uma visão de cidade-empresa e não abre espaço para a discussão de alternativas; assim sendo, organizaram uma agenda paralela de discussão sobre quatro eixos: criminalização da pobreza e violências urbanas; megaeventos e a globalização das cidades; justiça ambiental nas cidades e grandes projetos urbanos de revitalização das áreas centrais e portuárias (FÓRUM SOCIAL URBANO, 2010). Os encontros ocorreram a apenas 300 metros do espaço destinado ao evento oficial, de modo a facilitar a interação entre seus participantes.

Ao fim dos debates, a organização do Fórum Social Urbano divulgou carta onde criticou a subordinação das políticas públicas urbanas a interesses financeiros neoliberais, a criminalização dos movimentos sociais e a vulnerabilidade das minorias. Ao final da mesma assinou compromisso de luta pela função social da cidade e a expansão dos mecanismos de discussão sobre as decisões administrativas relacionadas, entre outros aspectos, ao orçamento, transporte, proteção ambiental, proteção do patrimônio histórico-cultural, moradia e a

organização dos mega-eventos. Para tal, reiteram a importância da participação popular nas tomadas de decisão:

Nós acreditamos que Estados Nacionais e Sub-nacionais são decisivos na busca destes objetivos. Estamos convencidos, no entanto, que suas agências e recursos devem ser submetidos ao controle popular e à participação efetiva da população nos processos decisórios, ao invés de serem colocados nas mãos de burocratas, tecnocratas e de os representantes e intermediários de interesses privados. (FORUM SOCIAL URBANOS, 2010).

O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas atualmente tem representatividade em todas as cidades-sede da Copa do Mundo e articula “movimentos sociais, universidades e entidades da sociedade civil” (PORTAL POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2014) nos objetivos acima descritos. De acordo com seu arquivo online de notícias, durante o ano de 2011 e 2012 foram realizadas no Rio de Janeiro várias ações que mobilizaram o tema da copa: elaboraram relatórios sobre remoções, organizaram debates, plenárias, vigílias e atos públicos, como por exemplo uma manifestação no dia do sorteio dos grupos da Copa, examinaram custos de obras e produziram vídeos de divulgação.

Em 9 de novembro de 2012 o Comitê do Rio divulgou nota na qual não reconheceu como válida a audiência do dia anterior, acusando o governo de conduzir o processo com arbitrariedades e de não respeitar a função daquele instrumento de participação popular. (COMITÊ POPULAR RIO COPA E OLIMPÍADAS, 2012)

O próximo ato foi a manifestação do dia primeiro de dezembro, com cerca de mil pessoas reunidos sob o slogan “O Maracá é nosso”, entre elas integrantes de movimentos sociais, estudantes, pais e professores, parlamentares e os índios. Eles caminharam da Praça Saens Pena até o Maracanã sem qualquer tipo de vandalismo ou confronto com a polícia, carregando faixas e cartazes. Uma delas pedia a realização de um plebiscito popular sobre a privatização. O protesto foi noticiado nos principais jornais nacionais e em muitos internacionais e contou com o apoio de muitas personalidades.

É neste momento que os índios da Aldeia Maracanã passam a utilizar as redes sociais com mais afinco, para mobilizar a população para a causa. Sua ação ciberativista é o nosso objeto de estudo.

3.1 Metodologia

O material escolhido para análise foram as postagens da página do Facebook intitulada Aldeia Maracanã Página Oficial. Apesar de o YouTube e o Twitter também terem sido utilizados pelo grupo, optamos pelo Facebook porque este não limita o tamanho das publicações e armazena em sua própria plataforma vídeos, fotos e textos.

Havia um grande número de índios, de diversas etnias coabitando na Aldeia Maracanã, e outras páginas do Facebook foram criadas, como a “Centro Indígena” e a “Aldeia Maracanã”, além de páginas de apoiadores como a “Amigos da Aldeia Maracanã”. Consideramos que todas são igualmente importantes e significativas para processo, mas elegemos a “Aldeia Maracanã Página Oficial” por a mesma ter iniciado suas postagens logo após a divulgação de que as liminares favoráveis aos índios haviam sido cassadas, o que caracteriza um forte senso de utilização da plataforma com fins ativistas. O nosso recorte compreende o período entre novembro de 2012 e abril de 2013, logo após a desocupação.

Para a realização deste estudo, escolhemos como método a análise de conteúdo sob a forma qualitativa, e a construção de categorias de classificação. Bardin descreve a análise de conteúdo como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (1977, p.42)

A coleta de dados foi feita com auxílio do programa Evernote, um aplicativo que, acoplado ao navegador, permite salvar em nuvem textos e fotos disponíveis na web, assim como organizar informações pessoais, sob a função de agenda.

Para efetuar o processo de armazenamento é necessário que o internauta faça a instalação do programa Evernote no seu dispositivo (pc, tablet ou celular), baixando-o do site www.evernote.com, e também do Evernote Clipper no seu navegador. Em seguida, deve criar uma conta no sistema, fornecendo email e escolhendo um nome de usuário.

Feito isto, qualquer conteúdo de imagem ou texto pode ser capturado em forma de uma *nota*. Com a página da internet aberta, visualiza-se o ícone do Evernote (indicado pela seta na figura 2). Clicando no mesmo, é aberto um menu, através do qual se escolhe o título da nota, o formato da captura e o caderno (pasta) no qual a nota será salva (figura 3). Clicando-se em salvar, a operação é processada e vemos uma mensagem de confirmação

(figura 4). Abrindo-se o programa no seu computador, confirmamos a criação da nova nota. (figura 5).

Figura 2: ícone do Evernote

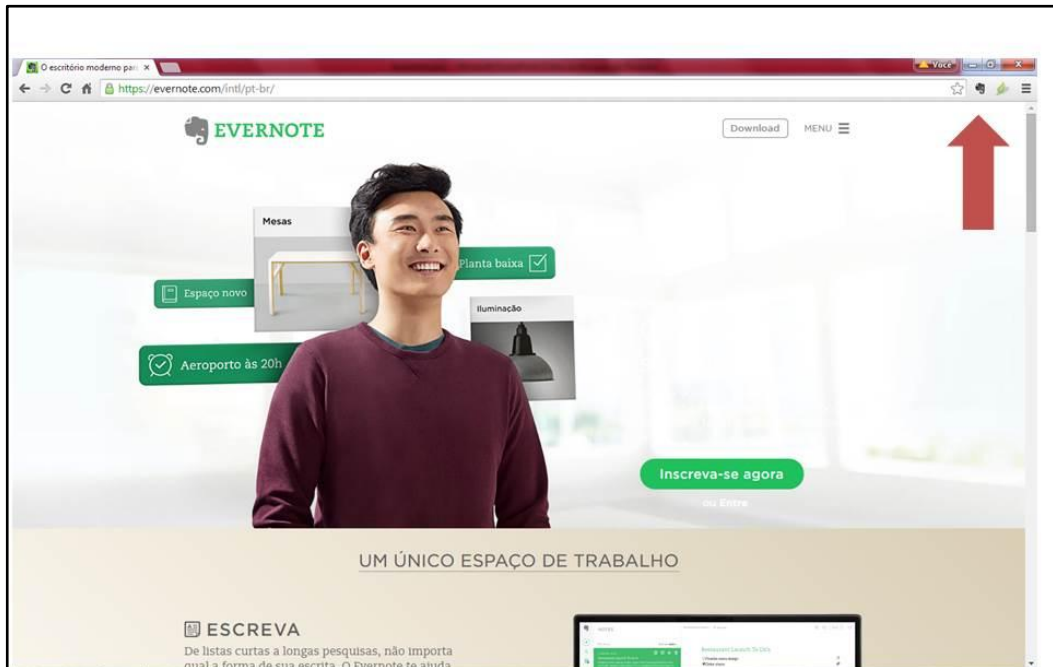


Figura 3: menu de captura

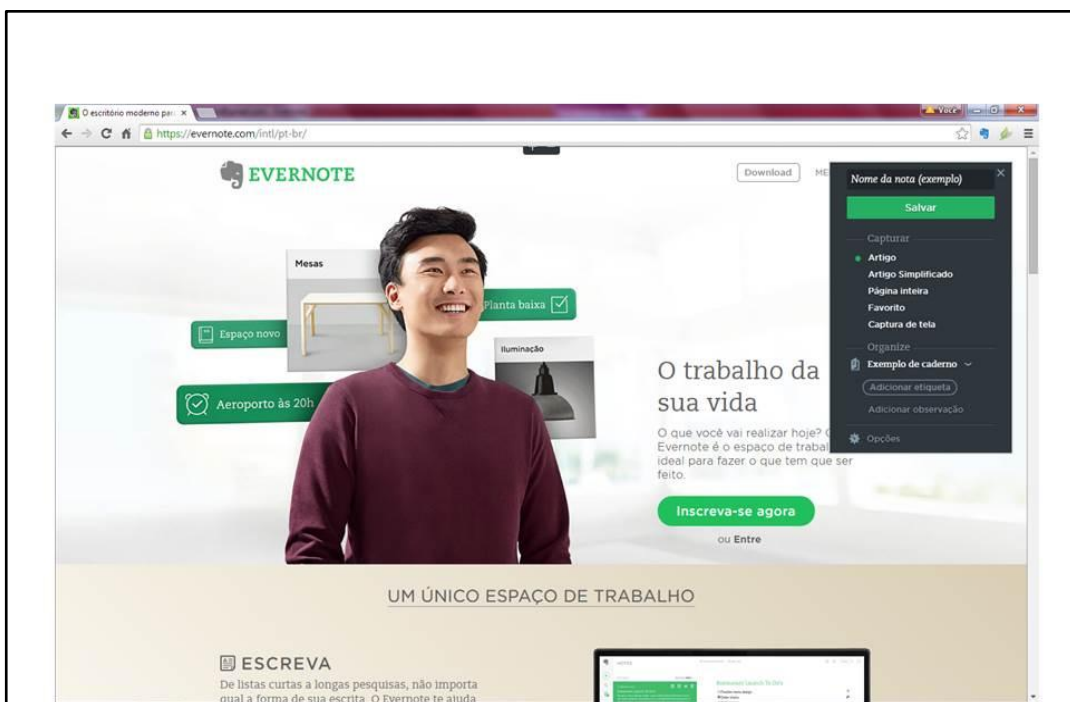


Figura 4: mensagem de confirmação

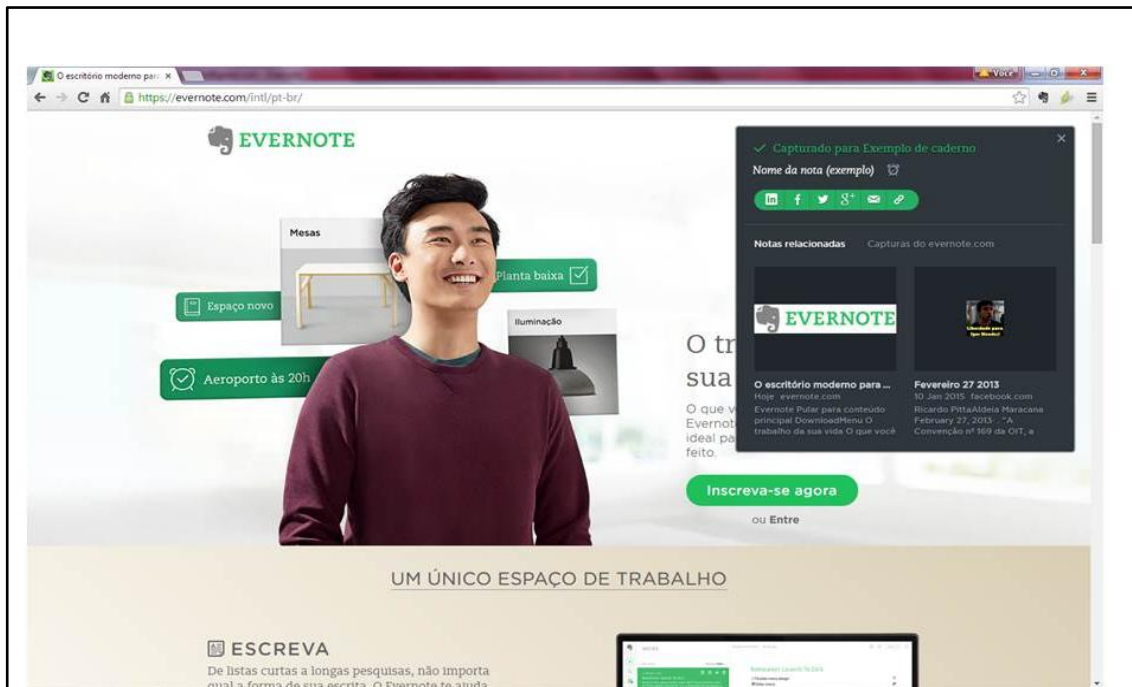
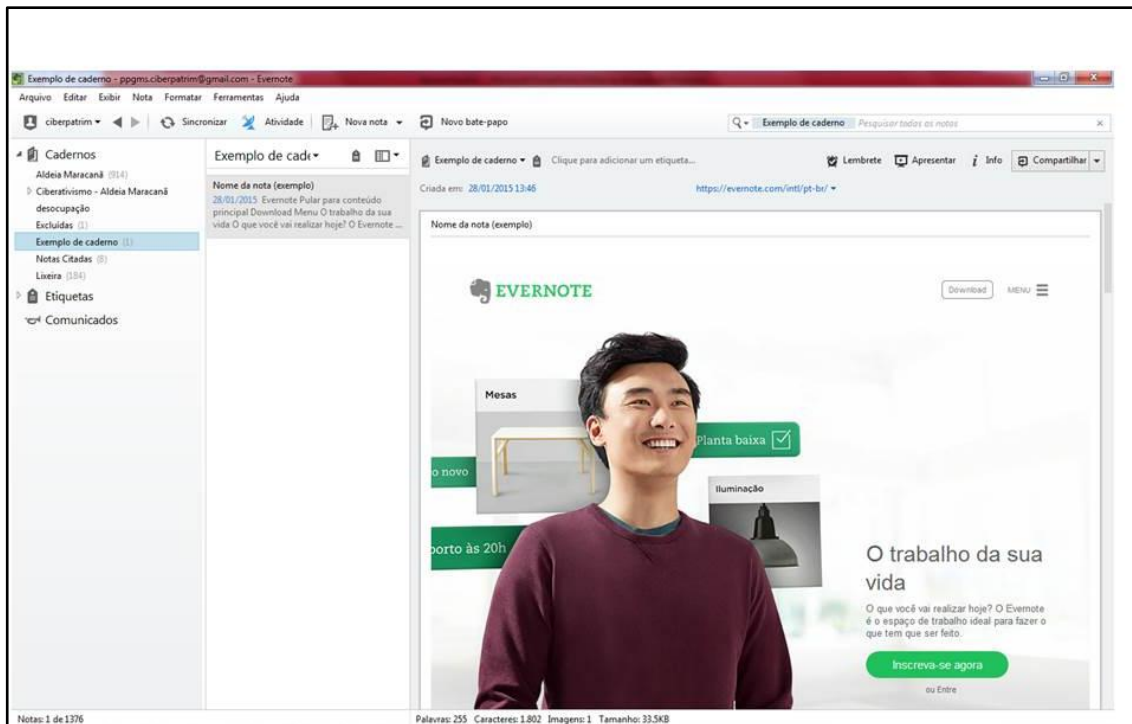


Figura 5: nota capturada

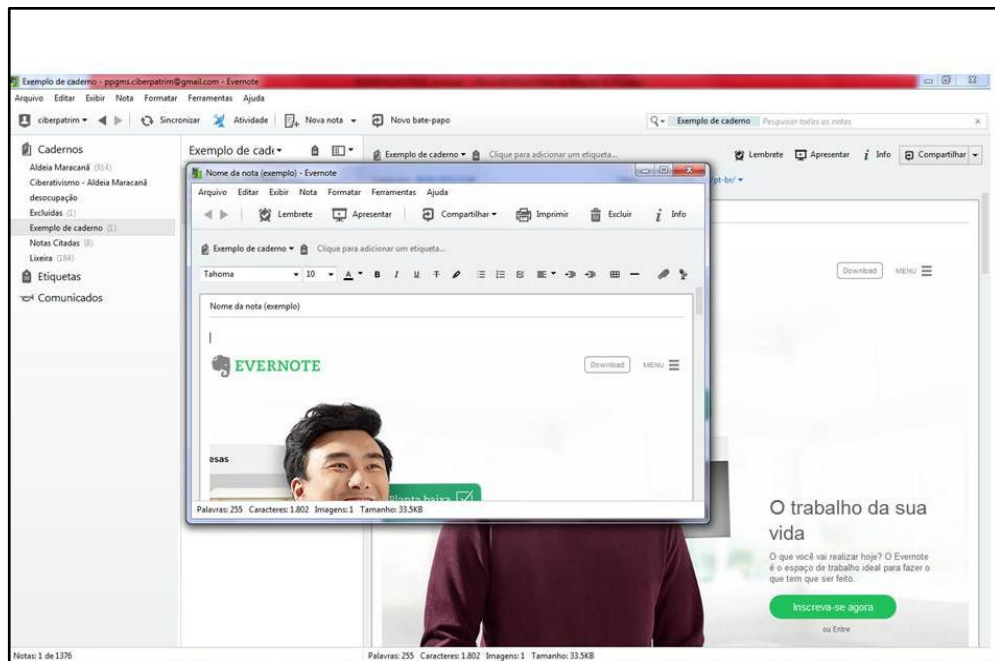


Estas notas são organizadas em pastas chamadas de *cadernos*, também livremente nomeáveis e renomeáveis. Pode-se criar um sistema de arquivos em formato hierárquico de árvore, ou seja, criar cadernos dentro de cadernos.

É possível para um internauta que não possua o Evernote visualizar um caderno no formato HTML, através de um link de acesso fornecido pelo autor. Neste formato, porém, alguns recursos não ficam disponíveis, como por exemplo a navegação através das etiquetas (*tags*).

A atribuição de etiquetas (*tags*) ao conteúdo capturado permitem a organização e a categorização do mesmo. O usuário pode criar quantas etiquetas quiser e marcar cada nota também com quantas desejar; basta abrir a nota no sistema, clicando na mesma, e depois digitar o nome da etiqueta no espaço indicado (figura 6).

Figura 6: sistema de etiquetagem



Fonte:

Para este estudo foram coletadas um total de 450 notas, numeradas em ordem crescente sob o prefixo AMPO – abreviação de Aldeia Maracanã Página Oficial. Este arquivo pode ser acessado em através do link

<https://www.evernote.com/pub/ciberpatrim/timelinecompleta>

mas é preciso que o usuário tenha o Evernote instalado em seu computador. No menu “Opções de exibição”, na parte inferior da tela, deve-se selecionar “título em ordem crescente”. Este link, entretanto, não dá acesso a todas as funcionalidades do programa. Para

uma navegação completa, inclusive pelas etiquetas de classificação, é preciso que o caderno todo seja compartilhado. Caso o leitor deseje esta segunda opção, é só enviar um email para ppgms.ciberpatrim@gmail.com solicitando.

3.2 Análise de conteúdo da Aldeia Maracanã Página Oficial

A sequência de postagens da página Aldeia Maracanã Página Oficial conta a história da disputa em torno da destinação do antigo Museu do Índio. Por vezes são formais e objetivas, como em uma narrativa jornalística; em outras vêm carregadas de emoção. A página é aberta a todos: seu conteúdo é público e qualquer um pode postar, curtir e compartilhar.

O conteúdo destas notas forma um verdadeiro dossiê digital sobre o caso, com um emaranhado de mensagens de apoio e protesto, imagens, vídeos, documentos e muitos compartilhamentos de notícias. Estas notas carregam a memória da Aldeia Maracanã, que pode ser uma memória afetiva, para quem vivenciou aquela experiência de resistência, ou uma memória técnica, acadêmica, para os pesquisadores que queiram abordar o caso sob outras óticas. A timeline do Facebook é mais do que a expressão de um momento, que a barra de rolagem, como um rolo-compressor temporal, engole; é um patrimônio digital, a testemunha de uma luta, que deve ser preservada.

A seguir apresentaremos as categorias de classificação que construímos ao longo do processo de análise de conteúdo e faremos a descrição de exemplos de postagens.

Laurence Bardin (1977) esclarece que “categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (p. 117). A categorização pode seguir um critério semântico (temático), sintático (gramatical), léxico (agrupamento dos sinônimos) ou expressivo. Ela pode ser realizada através de um processo previamente estabelecido, quando as categorias são definidas antes da análise dos dados, ou a posteriori, sendo construídas ao longo do trabalho. Nesta pesquisa utilizamos o segundo procedimento. O sistema de categorização do aplicativo Evernote oferece grande flexibilidade para esta tarefa, podendo o usuário criar, apagar, renomear e rearrumar as etiquetas quantas vezes o desejar. A nossa unidade de registro é a *nota* – a captura da postagem feita no Facebook. Lembramos que uma postagem pode incluir vídeos, fotos, textos e links e um mesmo texto pode tratar de mais de um assunto. Assim sendo, o processo de categorização levou em conta não a forma, mas a principal intenção da postagem, por vezes

não claramente explicitada. Conforme apresentado anteriormente, estamos examinando um exemplo de ciberativismo, portanto obviamente cada publicação procura causar uma reação que aproxime o leitor da causa defendida, que é a preservação do prédio e da comunidade.

Durante a análise das 445 notas, dividimos a categorização em dois eixos: por *tipo* de publicação e por *tema* da publicação.

Chegamos a um total de cinco temas diferentes (Quadro 1) e onze tipos de publicações (Quadro 2). Algumas destas categorias possuem subdivisões. Para cada nota foi atribuída ao menos um tipo e um tema. Abrindo-se o menu de etiquetas no Evernote, pode-se também facilmente visualizar o esquema de categorização.

Figura 7: esquema de categorização

The image shows a screenshot of the Evernote application interface. The window title is 'Todos os cadernos - ppgms.ciberpatrim@gmail.com - Evernote'. The main menu includes 'Arquivo', 'Editar', 'Exibir', 'Nota', 'Formatar', 'Ferramentas', and 'Ajuda'. The left sidebar shows a list of tags and categories, with 'TIPOS DE PUBLICAÇÕES' expanded to show 'ATUALIZAÇÃO' (837) selected. Below this, various sub-categories like 'CLIPPING', 'blogs e páginas', 'documentário', etc., are listed with their respective counts. The main content area displays a list of notes under the 'ATUALIZAÇÃO' tag. The selected note is 'AMPO 002 Novembro 13 2012', which is a Facebook post from 'Aldeia Maracanã (Página Oficial)'. The post text reads: 'Meu povo, O poder agora está nas nossas mãos! Assim como nós colocamos lá nossos governantes, vamos exigir deles aquilo que nos é de direito. Vamos lutar juntos porque o patrimônio é de todos nós. A liminar foi cassada, mas a luta continua. Ainda não temos horário marcado para reunião aberta. Mas por favor aguardem que logo avisaremos. Fiquem atentos! http://g1.globo.com/.../liminar-que-impedia-demolicao-de-anti...'. Below the text is a G1 logo and the headline 'Liminar que impedia demolição de antigo Museu do Índio é cassada'. The post also includes a 'Like' button and a 'Share' button with '5 shar'.

Quadro 1: categorização dos temas das publicações

Eixo	Categorias	Subcategorias
TEMAS DAS PUBLICAÇÕES	críticas e protestos	questões ambientais questões indígenas crítica à imprensa crítica ao governo falta de diálogo violação de direitos
	formas de apoio	abaixo-assinado assembléias e debates ato público compartilhamento doações documentação ocupação resistência
	memória e patrimônio	arquitetura do prédio atividades culturais história de edificação memória da aldeia narrativas patrimoniais retórica da perda cultura indígena orgulho indígena
	processo de disputa	decisão favorável decisão desfavorável defesa jurídica desocupação negociação processo de patrimonialização votação na câmara

Quadro 2: categorização dos tipos de publicações

EIXO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
TIPO DE PUBLICAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	
	CLIPPING	blogs e páginas documentários imprensa nacional imprensa internacional mídia independente
	CONVITES PARA ATIVIDADES	
	DENÚNCIAS	
	DIVULGAÇÃO DE APOIO	apoio de instituições apoio de autoridades apoio de indígenas apoio de jornalistas apoio de órgãos públicos apoio de personalidades
	DOCUMENTOS	
	ESCLARECIMENTOS	
	FALAS DOS INTERNAUTAS	apoio oferta pergunta protesto
	MOBILIZAÇÃO	
	REGISTROS	
	VOTOS	

Passemos à descrição detalhada de cada categoria, com exemplos de publicações. As mais numerosas foram *mobilização*, que convoca o internauta a agir em apoio da causa e *atualização*, que informa sobre o andamento do processo jurídico. O conteúdo das postagens por vezes é bem extenso e pode apresentar mais de um objetivo; neste caso, optamos por classificar a nota em função do aspecto que aparece mais em destaque, por exemplo, vindo primeiro na publicação, com um texto mais extenso ou simplesmente com um tom mais persuasivo. Em outros exemplos, a intencionalidade da mensagem está subentendida, sendo necessário analisá-la não somente a partir do conteúdo, mas também do contexto, do momento que ocupa na progressão do caso ou em função de acontecimentos anteriores.

MOBILIZAÇÃO: nesta categoria, a que mais vai caracterizar o perfil ciberativista da página estudada, incluímos as publicações que procuram colocar o apoiador em ação, convocando-os para atuar de diferentes formas, online e offline: assinando petições, juntando-se à ocupação, compartilhando informações, fazendo doações e comparecendo a atos públicos e às sessões de votação na Câmara. São marcadas por um tom discursivo forte, muitas vezes com o texto em caixa alta e vocabulário dramático, deixando evidente um estado de tensão. Em alguns momentos, não se referem a ações específicas, mas trazem palavras de ordem e imagens inspiradoras.

Em 12/11/2012 a Aldeia Maracanã Página Oficial (AMPO 001) inaugura sua página com uma foto de capa que mostra um índiozinho entristecido e compartilhando uma petição do Avaaz intitulada “Salve o Patrimônio Material e Imaterial da Humanidade”, segundo a qual o governo não quer reconhecer a posse do local pelos indígenas. Endereçada ao governador Sérgio Cabral e ilustrada por uma imagem da parte superior do casarão, o apelo no site de petições eletrônicas é justificado pelo seguinte texto:

O Antigo Museu do Índio está com os dias contados. O prédio arquitetônico de 147 anos, onde foi criado por Darcy Ribeiro o SPI, que hoje é a FUNAI e também fundado por ele e o Marechal Rondon o primeiro museu indígena da América do Sul. O Governo Federal junto ao Governo Estadual pretendem demolir o prédio para futuros projetos. Além disso, o prédio representa todos os povos indígenas que ocupam diariamente o espaço há mais de 6 anos divulgando a sua cultura e querem desta forma tornar o espaço um centro cultural indígena. Nós, Povos Indígenas do Centro Cultural sonhamos com esse espaço preservando a memória de nossos ancestrais. (AVAAZ, 2012).

Acrescentam que o governo não quer conceder a posse do local aos indígenas, que o consideram sagrado. Afirmam ainda que o casarão é reconhecido pela Unesco e questionam se a decisão de destruí-lo seria justa. Até janeiro de 2015 o documento tinha sido assinado por

quase 8 mil pessoas, algumas em dezembro de 2014, o que indica que a petição ainda está aberta e desatualizada na plataforma Avaaz, ou seja, não foi entregue às autoridades e nem informa o internauta sobre o andamento do caso.

Após receber a notícia da cassação das liminares, o cacique Carlos Tukano, um dos líderes da ocupação, grava um depoimento (KOSSATS, 2012) bastante crítico à Copa do Mundo, com fortes acusações de violação dos direitos indígenas. O objetivo da convocação fica claro quando ele afirma querer que toda a sociedade os ajude a defender aquele patrimônio, reconhecendo o valor histórico do prédio (AMPO 003).

A estratégia dos índios consiste em fortalecer a ocupação, tornando-a mais numerosa, mas também comprovando o caráter social e educativo da mesma, desenvolvendo ali, mesmo sob as condições precárias do prédio, inúmeras atividades culturais indígenas. A página divulga em 16 de novembro que a TV Bandeirantes esteve presente filmando um momento de danças e cantos e pede que as pessoas doem alimentos perecíveis, como carne, frutas e legumes, e água (AMPO 014).

No mesmo dia, um post ensina o apoiador a registrar uma reclamação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) através do formulário eletrônico da Ouvidoria. A intenção é promover denúncia contra a desembargadora que cassou as liminares que impediam a retirada da ocupação (AMPO 020).

Em outros momentos é pedido o comparecimento em atos presenciais, como na Câmara dos Vereadores para a sessão de votação do tombamento (AMPO 048) e em vários protestos: na Praça Saens Pena, contra a privatização do Maracanã (AMPO 035), no Hall do Queijo da UERJ, contra a demolição do prédio (AMPO 148) e no centro da cidade, contra as “arbitrariedades” ocorridas na mesma em função da Copa do Mundo (AMPO 031).

ATUALIZAÇÃO: este tipo de postagem tem por objetivo divulgar um acontecimento novo no andamento dos processos judiciais referentes ao processo de tombamento do prédio do antigo Museu do Índio e da desocupação da Aldeia Maracanã: a obtenção e derrubada de liminares, expedição de mandatos etc. Por vezes as decisões são favoráveis e, em outras, contrárias. Analisando as postagens desta categoria em ordem cronológica, podemos observar o desenrolar do caso e o clima de tensão gerado por sua imprevisibilidade.

No dia 13 de novembro de 2012, o coletivo publica divulga a notícia da queda das liminares que impediam a demolição do prédio e a retirada da ocupação com a seguinte mensagem: “Meu povo, o poder agora está nas nossas mãos! Assim como nós colocamos lá nossos governantes, vamos exigir deles aquilo que nos é de direito. Vamos lutar junto porque

o patrimônio é de todos nós” (AMPO 002). Acrescentam um link para uma notícia do Portal G1 informando que fora a desembargadora federal Maria Luiza Cisne a responsável pela cassação, mas também que o defensor público André Ordacgy (DPU-RJ) afirma ter recebido da FIFA um ofício negando ter feito qualquer exigência de demolição (G1 RIO, 2012).

Para facilitar a compreensão do processo e a visualização dos itens desta categoria, elaboramos o seguinte quadro:

Quadro 3: Atualizações do desenvolvimento do processo judicial

POSTAGEM	DATA	ATUALIZAÇÃO
AMPO 002	13/11/2012	Caem as liminares que garantiam a permanência da ocupação
AMPO 030	24/11/2012	A DPU-RJ entra com recurso para tentar reverter a cassação das liminares
AMPO 044	18/12/2012	O Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do RJ nega licença para a demolição do prédio
AMPO 124	12/01/2013	O Batalhão de Choque cerca a Aldeia Maracanã mas não invade por falta do documento de imissão de posse
AMPO 146	15/01/2013	O prefeito Eduardo Paes ignora a decisão do Conselho e libera a demolição do prédio
AMPO 173	17/01/2013	O TRF-2 pede parecer da União sobre o caso, dando sobrevida à ocupação
AMPO 178	18/01/2013	Os índios recebem ordem de despejo da Procuradoria Geral do Estado
AMPO 202	19/01/2012	Fundação Darcy Ribeiro afirma que o Duque de Saxe exigia que o prédio servisse à causa indígena
AMPO 240	23/01/2013	Os índios rejeitam oferta de aluguel social para

		deixar o prédio
AMPO 252	25/01/2013	Cabral desmente Marta Suplicy sobre existência de pedido de tombamento do prédio pelo Iphan
AMPO 262	26/01/2013	Medida cautelar de urgência impede a demolição do prédio
AMPO 271	28/01/2013	O governo estadual desiste de demolir o prédio
AMPO 278	29/01/2013	Índios elaboram documento de negociação em reunião com a DPU
AMPO 316	08/02/2013	Por carta, índios pedem a governo que crie o Centro de Referência Indígena no antigo Museu
AMPO 323	25/02/2013	Cabral lança edital de concessão e diz que prédio será Museu do Comitê Olímpico Brasileiro
AMPO 331	20/02/2013	DPU prepara ação civil pública contra Museu do COB por desvio de finalidade
AMPO 349	13/03/2013	Índios não chegam a acordo com a Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos
AMPO 354	15/03/2013	Índios recebem ordem de despejo, devendo se retirar em até 72 horas
AMPO 337	20/03/2013	DPU entra com liminar para anular a ação de despejo
AMPO 409	21/03/2013	Governo apresenta proposta final de negociação, com Centro de Referência em outro local
AMPO 428	22/03/2013	O Batalhão de Choque da PM desocupa a Aldeia Maracanã, em conflito com manifestantes
AMPO 444	02/04/2013	Parte do coletivo faz negociação e se instala em

		local oferecido pelo governo (Jacarepaguá)
AMPO 445	10/08/2013	O grupo que começa a discutir com o Estado a criação do Centro de Referência Indígena.

Note-se que esta cronologia tem por base apenas as publicações da nossa amostragem de dados, ou seja, a Aldeia Maracanã Página Oficial. Conforme já foi dito, há outros grupos no Facebook representando o coletivo dos índios, como por exemplo o perfil “Aldeia Maracanã”, e consideramos o posicionamos de todos os envolvidos igualmente importante para uma compreensão adequada do caso sob o ponto de vista jurídico, político e patrimonial. Nosso objetivo aqui é investigar quais tipos de ações ciberativistas foram desenvolvidas. Do mesmo modo, não pretendemos esgotar a complexidade do processo judicial neste pequeno quadro; é apenas a organização das informações que foram compartilhadas dentro do nosso recorte de análise.

Há também a atualização em tempo real, quando as postagens vão narrando o que está acontecendo naquele exato momento. Foi o caso das sequências de publicações do dia 12 de janeiro e 22 de março, a primeira uma tentativa frustrada de remoção e a segunda a desocupação efetiva. São mensagens desesperadas, descrevendo o posicionamento dos carros do choque, o número de policiais e a tentativa de resistência:

Quadro 4: atualizações em tempo real





Aldeia Maracanã (Página Oficial)
January 12, 2013 · 🌐

OS POLICIAIS NÃO ESTÃO LÁ DENTRO, FIZERAM UMA BARRICADA E IMPEDIRAM!

Like · Comment · Share

👍 Lucas Sada, Instituto Brasileiro De Pesquisas Arqueológicas and 28 others like this.

➦ 14 shares

 **Alexandro Guarani Kaiowá** Como anda o panorama por lá, passei agora radial oeste e tinha muitos policiais e tropa de choque lá fora.
January 12, 2013 at 1:39pm · Like · 👍 1



Aldeia Maracanã (Página Oficial)
January 12, 2013 · 🌐

EXTRA EXTRA
ATENÇÃO PESSOAL !
O POVO ESTÁ SE REVOLTANDO E ESTÃO PULANDO O MURO PARA ENTRAR NA ALDEIA PARA AJUDAR!
MARCELO FREIXO JÁ PULOU TAMBÉM E REIMOND COM O POVO ESTÃO CAMINHANDO PARA LÁ AGORA!

Like · Comment · Share

👍 Mariana Novaes and 56 others like this.

➦ 53 shares

 **Lucas Sada** Direito de Resistência! Força!
January 12, 2013 at 2:04pm · Like · 👍 6



Aldeia Maracanã (Página Oficial)
March 22, 2013 · 🌐

Vão invadir!!!!

Like · Comment · Share

👍 20 people like this.

➦ 26 shares

 **Rita Aranha** Tô muito nervosa aqui, gente tirem as crianças daí por favor !
March 22, 2013 at 6:22am · Like



Figura 8: aproximação dos carros do choque



Fonte: Aldeia Maracanã Página Oficial

CLIPPING: esta categoria refere-se aos posts que enfatizam a importância dada ao caso da Aldeia Maracanã pelos meios de comunicação; a repercussão que está alcançando, o espaço que está ocupando nas pautas editoriais. São compartilhamentos de artigos,

reportagens e vídeos da mídia corporativa e independente, além de blogs, documentários, canais do YouTube e outras páginas do Facebook. O valor aqui é o da visibilidade, a possibilidade de que cada vez mais pessoas tomem ciência da causa e conseqüentemente se tornem apoiadores. É, portanto, a intencionalidade e não a forma que orientou nossa categorização: o compartilhamento de notícias que esclarecem em detalhes o andamento do processo foram incluídas na sessão *atualização*. Aqui o caso é normalmente descrito em linhas gerais, enquanto que na categoria anterior há um detalhamento das informações, publicadas sequencialmente pelos mesmos canais, como o Jornal de Brasil. Vamos aos exemplos.

No dia 15/11/2012 (AMPO 012) divulga-se um vídeo intitulado “The Fly and the Frog” (MATHUR, 2012), produzido por Bindu Mathur, uma documentarista indiana que vive no Rio de Janeiro (IMPRESABR, 2014). O vídeo de 4:25 min, legendado em inglês, começa com uma tomada que ilustra metaforicamente a resistência do cacique Tukano. Ele atravessa a frenética Avenida Radial Oeste em direção à Aldeia, com passos rápidos e firmes, tendo o Maracanã ao fundo. A seguir ouvimos explicações dos indígenas sobre o caso e ao final uma jovem índia desvenda o título: o Maracanã seria um monstro, um sapo tentando engolir a pequena mosca que é a Aldeia Maracanã.

São inúmeras as postagens que compartilham notícias de veículos da imprensa nacional, como por exemplo: O Dia, cobrindo manifestação no entorno do Maracanã (AMPO 040); TV Brasil, destacando o protesto na posse do prefeito Eduardo Paes (AMPO 065) e o Estádio, sobre a entrada do MPF no caso. Há diversas coberturas fotográficas, como a da Folha de São Paulo (AMPO 124), por conta da exuberância visual da cultura indígena em contraste com as condições precárias de habitação no prédio (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013).

Figura 09: precariedade da ocupação



Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO (2013)

Figura 10: área externa do casarão



Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO (2013)

Figura 11: colorido indigena



Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO (2013)

Figura 12: fogo sagrado



Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO (2013)

Há também destaque para a divulgação em âmbito internacional sobre o caso, como no Le Monde da França (AMPO 156), Noruega (AMPO 226), reportagem de TV na Venezuela

(AMPO 107), Alemanha (AMPO 332), Washington Post (AMPO 440), entre outros. A importância dada pelos ocupantes da Aldeia Maracanã à repercussão global alcançada pelo conflito, com destaque para a violação dos direitos indígenas e a violência policial é clara: no dia 01/12/2012 os índios afirmam: “precisamos que o mundo olhe para a gente e para o entorno do Maracanã” (AMPO 040) e em 22/03/2013 a página pede que tudo seja divulgado “até chegar a outros países” (AMPO 420).

DIVULGAÇÃO DE APOIO: categoria de postagens que mostram os grupos, personalidades e autoridades favoráveis à causa da Aldeia Maracanã.

A solidariedade de outras comunidades indígenas ganha destaque. A nota AMPO 008 faz link com um artigo do blog Resistência Indígena Ambiental, que acusa o governo de estar violando a Convenção 169 da OIT¹⁰ ao querer decidir arbitrariamente o destino do prédio histórico, além de tecer críticas às obras do PAC com vistas à Copa do Mundo.

No dia 12 de janeiro de 2013, quando ocorreu a primeira tentativa de desocupação por parte do batalhão de Choque, várias personalidades foram ao local para tentar interceder pelos índios: o Deputado Marcelo Freixo foi fotografado pulando o muro para dentro da Aldeia, após o portão ter sido interditado pela polícia (AMPO 092).

Atrizes como Letícia Sabatella (AMPO 133) e Tereza Seiblitiz (AMPO 222) gravaram depoimentos em vídeo durante visita à Aldeia, ao exemplo de Thiago Lacerda e sua esposa (AMPO 282). O cantor Criolo fez um desabafo durante seu show no Circo Voador, criticando a decisão de demolir o Museu do Índio para fazer estacionamento (AMPO 138). Caetano Veloso escreveu em defesa dos índios na sua coluna do jornal O Globo, criticando a “vulgaridade” da administração estadual (AMPO 207). O jornalista Juca Kfourri também prestou solidariedade através de seu blog (AMPO 442). De igual importância foi o apoio recebido por instituições, como a Associação de Docentes da Uerj, que em ofício declarou descontentamento com a decisão do governo de demolir o prédio, de incontestável valor histórico-cultural (AMPO 191), a Comissão Permanente de Assuntos Indígenas da OAB, que relembra a importância dos direitos expressos na Declaração Universal das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas (AMPO 224) e a rede de Defensores Independentes de Direitos Humanos, fazendo referência à história do prédio e à legislação sobre a proteção do patrimônio edificado (AMPO 229).

¹⁰ A Convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho) garantiu diversos direitos dos povos indígenas e tribais, tais como a autonomia sobre suas instituições, formas de vida e desenvolvimento econômico.

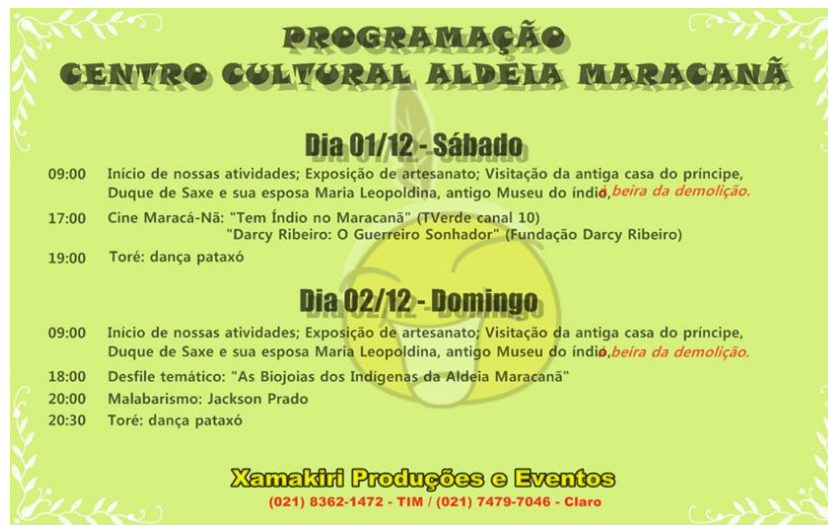
O ex-deputado Fernando Gabeira também visitou a Aldeia e gravou depoimento em vídeo (AMPO 246) e a Ministra Martha Suplicy manifestou apoio explícito à manutenção do prédio e à permanência dos índios (AMPO 250). O juiz João Batista Damasceno escreveu em defesa dos índios, criticando decisões de outros magistrados que permitiram a remoção (AMPO 384).

CONVITES PARA ATIVIDADES: a realização de atividades culturais na Aldeia Maracanã é muito importante para os índios porque comprova a importância social e educativa da ocupação, possibilitando que as pessoas da cidade tenham um convívio direto com a cultura indígena, desfazendo seus preconceitos e tornando-se aliados de sua luta por reconhecimento. A realização destas atividades também seria a justificativa para o pedido do registro do local como exemplo de comunidade indígena urbana, ou seja, um patrimônio cultural imaterial que necessita de proteção. Sem dúvida, a quantidade e a variedade da oferta cultural impressionam, considerando-se a precariedade das instalações que ocupavam.

Além das óbvias feiras de artesanato e apresentações de danças e cantos das etnias, também foram realizados desfiles de moda, atividades circenses, shows de rock, almoços, contações de história, sessões de cinema, debates e até blocos de carnaval, sempre divulgados de maneira organizada com informações de horário e tema.

Abaixo temos um exemplo de informativo da programação cultural do final de semana dos dias 01 e 02 de dezembro de 2012: no sábado de manhã, visita guiada ao casarão, aludindo à história do príncipe Duque de Saxe e a esposa Dona Leopoldina, o que obviamente reforça a historicidade do prédio e seu valor patrimonial. À tarde, documentários que enfatizam a ligação da tradição indígena com o local: um sobre a presença do índio no Maracanã e o outro sobre a biografia de Darcy Ribeiro. No domingo, um desfile das “biojoias” reflete a preocupação com o tema da sustentabilidade e a compreensão do local como boa opção de lazer para as crianças é reforçada pelo show de malabarismo.

Figura 13: programação na Aldeia Maracanã



. Fonte: Aldeia Maracanã Página Oficial

No dia 30/12 foi oferecido o cardápio de “pirarucu e peixe seco ao molho de castanha do Pará” (AMPO 056) e em 19/01 uma tapioca também temperada com esta semente (AMPO 186). Dia 12/01 foi a vez do “peixe moqueado Ashaninka” (AMPO 074).

Foram realizadas várias oficinas: de artesanato Krikati e desenho artístico com tema indígena (AMPO 072); jiu-jitsu, com a família Gracie (AMPO 325) e oficina de alimentação com o grupo Favela Orgânica (AMPO 303). A organização Arte de Viver ofereceu aos presentes uma meditação guiada em 03 de fevereiro (AMPO 303).

A Aldeia Maracanã também foi palco de palestras, assembleias e debates: no dia 16 de janeiro, houve mesa-redonda com Ysany Kalapalo sobre a problemática do Xingu (AMPO 160); Rute Casoy apresentou sua pesquisa sobre Mitologia Indígena em 23/01 (AMPO 239) e na sequência houve encontro de movimentos sociais (AMPO 248).

Vários estilos de música marcaram presença: em 24 de janeiro houve uma intervenção interplanetária da fanfarra ativista Os Siderais (AMPO 233) e no dia seguinte a ocupação foi animada pelo bloco de carnaval Vade Retro Abacaxi (AMPO 256). Dia 02 de fevereiro foi a vez do show com Jards Macalé (AMPO 302).

Além de todas estas, diariamente eram realizadas as tradicionais atividades indígenas: cantos, danças, rituais, cerimônias e contações de história, além de aulas sobre línguas indígenas e pintura corporal. Muitas delas foram registradas em fotos e vídeos, o que analisamos na próxima categoria.

REGISTROS: abarca as fotografias e filmagens do casarão, da rotina da ocupação, das atividades culturais, dos depoimentos e também dos momentos de conflito. Por vezes com

caráter artístico ou memorialístico, cedidos por fotógrafos e jornalistas estrangeiros, como o detalhadíssimo e alegre álbum de fotos da francesa Laurence Guenoun (AMPO 010), e em outras com um sentido de testemunhar e denunciar possíveis tensões, conforme o vídeo sobre o protesto durante a visita do príncipe Holanda ao Complexo do Maracanã. Os índios entregam a ele, através das grades do portão trancado pela segurança, uma carta denunciando as arbitrariedades no processo da organização da Copa. (RAJ, 2012).

Figura 14: protesto durante a visita do príncipe



. Fonte: Aldeia Maracanã Página Oficial

Uma captura bastante emotiva é o álbum de fotos da “cerimônia de passagem” da falecida atriz Lídia Mattos, quando acenderam uma fogueira e entoaram cantos (AMPO 308). Esta não foi a única celebração realizada na Aldeia Maracanã: houve também o casamento dos jovens Uai Uai e Teneteraha (AMPO 306) e a “Festa da menina Moça Povo Guajajara” (AMPO 016).

Figura 15: cerimônia em homenagem à atriz Lídia Mattos



Fonte: Aldeia Maracanã Página Oficial

O cotidiano da ocupação foi retratado (AMPO 015) através das atividades de limpeza, horta e cozinha.

Figura 16: atividades de cozinha



Figura 17: plantio na horta



Fonte: Aldeia Maracanã Página Oficial

De igual importância para esta categoria são os registros em vídeo de depoimentos dos integrantes da Aldeia Maracanã, como o de José Guajajara Urutuau (AMPO 071). Ele compara o abandono do prédio ao descaso sofrido pelos povos indígenas e dá detalhes sobre sua experiência nos vários anos da ocupação.

O confronto entre apoiadores e policiais gerou imagens marcantes como esta, um contraste irônico entre o armamento militar pesado e os artefatos indígenas (AMPO 112):

Figura 18: resistência à desocupação



. Fonte: Aldeia Maracanã Página Oficial

DENÚNCIAS: caracterizam as acusações de violações de direitos, imparcialidade e corrupção. São críticas contra o governo, o sistema judiciário e outras autoridades, além da imprensa corporativa. A denúncia pode estar configurada sob a forma de registro em vídeo ou foto, mas o caráter de revelação de abuso de autoridade ou de violação de direitos é mais acentuado do que nas postagens incluídas na categoria anterior.

O primeiro exemplo é um alerta sobre uma possível “sabotagem” na contagem do Avaaz, pois o número de assinaturas estaria estagnado apesar de muitas novas adesões (AMPO 054).

No dia 02 de janeiro de 2013 ocorreu a cerimônia de posse do prefeito Eduardo Paes e dos novos vereadores. Os índios realizaram um protesto em frente à câmara, sendo impedidos de entrar na solenidade, e depois acusaram a maioria dos canais de televisão de estarem ignorando o fato, em postura conivente com o prefeito (AMPO 064).

Outra denúncia a respeito do processo de votação do tombamento da Aldeia Maracanã na Assembleia Legislativa revela que a sessão estava marcada para as 14hs da tarde do dia 26/12/2012, mas na verdade foi antecipada sem aviso para as 10 da manhã, e muitos vereadores apenas assinaram a presença e foram embora. (AMPO 050)

Uma história bastante emblemática foi a de dois funcionários das obras do Maracanã que acabaram demitidos após pularem o muro durante seu horário de almoço e se juntarem à resistência na Aldeia. A página do Facebook compartilha, no dia 14/01/2013, reportagem do JB afirmando que eles sempre foram bons funcionários e estavam sofrendo perseguição política (AMPO 127).

Surgiram também denúncias sobre declarações preconceituosas contra os índios, a partir de supostos “apoiadores de Cabral”. Um print da página do Facebook do UOL Notícias (AMPO 265) mostra comentários como “índio = atraso da nação” e “se fosse eu matava todos os índios e pronto”.

Há inúmeros relatos sobre uso indiscriminado e abusivo de força durante a desocupação: uma gravação mostra um manifestante sendo atingido por uma bala de efeito moral e em seguida cercado pelo batalhão de choque e levado preso, sem qualquer justificativa (AMPO 438). Outras postagens afirmam que crianças e jornalistas estavam sendo atingidos por bombas de gás e spray de pimenta (AMPO 411 e AMPO 431).

Ainda durante a desocupação, um índio questiona uma repórter da Globo sobre a afirmação veiculada de que os índios estariam vendendo e consumindo drogas dentro do prédio. A Globo posteriormente se retratou sobre o assunto. (AMPO 221).

FALAS DOS INTERNAUTAS: o Facebook permite que o administrador da página determine quem pode postar ali: para perfis pessoais, se somente ele, somente os amigos/amigos de amigos ou qualquer um. Para páginas, se somente o administrador ou se qualquer pessoa, podendo os comentários serem moderados ou não. Na Aldeia Maracanã Página Oficial as publicações são liberadas, o que a torna um veículo de comunicação bidirecional entre os internautas e os administradores. Subdividimos esta categoria em quatro:

Apoio: obviamente são mensagens de encorajamento e suporte à causa, tais como “Estamos juntos, Aldeia Maracanã” (AMPO 087) e “Salve, salve, grandes guerreiros, e viva a liberdade” (AMPO 139).

Ofertas: de água e mantimentos para a ocupação (AMPO 018, AMPO 130); de divulgação na mídia (AMPO 129) e de imagens gráficas que podem ser usadas na causa (AMPO 150).

Perguntas: se haverá manifestação (AMPO 004) e festas (AMPO 017); notícias da ocupação (AMPO 095); esclarecimento de boatos, como a sabotagem da tubulação de esgoto

(AMPO 128), pedido de números de telefones para contato direto (AMPO 190) e instruções, como por exemplo, para o envio de declarações de que os membros da comunidade realizaram atividades educativas junto à sociedade (AMPO 243).

Protestos: Mensagens contra a demolição do prédio e a desocupação da comunidade: “precisamos da Aldeia, os governantes não podem pensar apenas no capitalismo” (AMPO 093); “não basta matar os índios, é preciso matar a memória” (AMPO 152). Também há questionamentos a respeito das políticas de patrimonialização: “Como um prefeito tomba os botequins como Patrimônio?” questiona revoltada uma internauta, ao compartilha a notícia do tombamento municipal de 14 bares e botequins do Rio (AMPO 161).

ESCLARECIMENTOS: têm a intenção de oferecer aos seguidores da página explicações ou respostas sobre assuntos que possam não estar sendo adequadamente compreendidos. Encontramos nesta categoria, por exemplo, textos elucidativos a respeito da legislação sobre o processo de patrimonialização. A nota AMPO 055 traz um link para a explicação da prefeitura sobre o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, cuja atribuição é orientar o prefeito nas decisões relativas aos atos de tombamento e destombamento. Foi neste sentido também que um internauta compartilhou a oferta de um curso livre a distância do IPHAN sobre patrimônio imaterial (AMPO 194).

Nesta categoria igualmente encontramos narrativas históricas sobre o casarão, como o vídeo publicado em 20 de março junto com o comentário “compreendam a história do antigo Museu do Índio” (AMPO 389) e outro no dia 21 de março, intitulado “Índio Apurinã dá aulas de história na Aldeia Maracanã” (AMPO 402). Nota-se que a sequência de datas não é uma coincidência e sim uma estratégia, pois o grupo já havia recebido a ordem de despejo e a desocupação era iminente. Eles tentam, assim, fortalecer a idéia de valor histórico do prédio numa tentativa de reverter a situação. Além deste tema, vemos uma postagem sobre a biografia de Marechal Rondon (AMPO 220), sublinhando sua importância.

Por vezes são emitidas mensagens que procuram desmentir boatos, tão comuns no ciberespaço: nega-se uma invasão da tropa de choque no dia 17 de janeiro (AMPO169), a assinatura de um acordo com o governo (AMPO 346) e a existência de reféns na Aldeia (AMPO 352).

Sob outro aspecto, as publicações do tipo esclarecimento trazem instruções de como o apoiador deve agir durante os atos públicos, para que haja organização e coordenação de objetivos. No dia 30/12/2012 (AMPO 058), um *post* prepara para a futura de votação sobre o

tombamento do prédio na Assembleia Legislativa: orienta que o apoiador, ao chegar, procure uma determinada pessoa que lhe passará as coordenadas e também servirá de “microfone humano” durante a sessão. Em convocação para outra sessão (AMPO 350), o internauta é lembrado a levar seu documento de identidade e vestir calças compridas.

Figura 19: instruções para a vigília



Fonte: Aldeia Maracanã Página Oficial

O mais importante nesta categoria, entretanto, são as cartas-resposta do grupo às propostas de negociação feitas pelo governo. Através delas os índios clarificam suas posições e suas exigências, de maneira formal, embora sempre mantendo um tom de crítica à postura do governador. Na carta do dia 30 de janeiro (AMPO 287), eles rejeitam a ideia de fazer o Centro de Referência Indígena em um antigo presídio, afirmando que com isso a memória histórica do povo carioca sofreria grande perda, tendo tantos homens e mulheres visitado o antigo Museu do Índio em sua infância, possivelmente o próprio governador com sua mãe, que é museóloga. Reafirmam, portanto, sua intenção de continuarem no prédio, dispendo-se a enfrentar a tropa de choque, se necessário.

Mais dramática e delicada é a carta escrita pelo grupo que fez acordo com o governo e instalou-se em Jacarepaguá, após a desocupação, buscando explicar sua decisão (AMPO 443). Contam que já há dez anos algumas etnias realizavam trabalhos educativos na escolas com o intuito de desconstruir conteúdos dos livros didáticos tradicionais, e acordaram sobre a ocupação do antigo museu em busca de um espaço para a ampliação do referido trabalho. Esclarecem que tentaram levar o projeto adiante por inúmeras vias, contactando o poder público, antropólogos, parlamentares e universidades buscando apoio. Entretanto, diante da

imissão de posse concedida ao governo, optaram por proteger seus parentes da violência física inerente ao confronto com a polícia, mas que continuarão cobrando o cumprimento do acordo sobre a construção do centro de referência indígena.

DOCUMENTOS: corresponde à reprodução digital de documentos relativos ao processo de tombamento e da desocupação. Temos como exemplo a cópia de uma Ação de Usucapião que caracteriza a ocupação como tendo fins educacionais e também fazendo jus à sacralidade do seu solo, tendo sido no passado cemitério indígena (AMPO 023).

A nota AMPO 036 reproduz a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Num estilo *wikileaks*, o vazamento de documentos confidenciais, divulga-se no dia 13 de janeiro um Relatório da Visita Técnica da Comissão Especial do Patrimônio Cultural ao antigo Museu do Índio, solicitada por um dos índios da ocupação e realizada em 25 de outubro de 2011 (AMPO 115). O documento conclui que, apesar de estar em precário estado de conservação, não havia restrições para sua utilização como centro cultural e sua recuperação deveria ser planejada com urgência. A divulgação deste relatório é bastante importante para os índios, pois constitui prova de que há muitos anos os órgãos de proteção ao patrimônio já estavam cientes da situação do imóvel e do pedido de que fosse transformado em um espaço da cultura indígena.

Um antigo vídeo da Odebrecht também jogou a favor da ocupação: trata-se de uma simulação da renovação arquitetônica do Maracanã e entorno, na qual o antigo Museu do Índio aparece preservado e recuperado (AMPO 155).

VOTOS: os votos incluem agradecimentos a tudo que receberam: apoio, doações, divulgação, presença na aldeia e realização de atividades. Durante as festas de fim de ano publicam vários votos de Feliz Natal e Feliz Ano Novo. Também são solidários a dramas nacionais: no dia 28/01/2013 expressam pesar pela tragédia na Boate Kiss, em Santa Maria.

Figura 20: votos de boas festas



Fonte: Aldeia Maracanã Página Oficial

Estas são as categorias que sugerimos representar o conteúdo coletado. Nada impede, porém que esta classificação sofra futuras alterações. O que propomos é um exercício colaborativo de construção das mesmas, em futuras pesquisas e em trocas com a comunidade acadêmica. Esta categorização se encaixaria em outros exemplos de ciberativismo patrimonial? Ela revela traços comuns a qualquer outra ação ciberativista? A preservação de uma comunidade indígena – e urbana – codificou de maneira particular a tendência de publicações?

Como panorama geral, vimos que as maiores ocorrências se deram nas ações de atualização do processo, clipping e divulgação de apoio, o que demonstra uma forte preocupação com o acúmulo de um capital social (BOURDIEU, 1989 e RECUERO, 2009) que forçasse o governo a reverter suas decisões.

Como podemos notar, as informações das postagens fornecem muitos dados para compreender o processo jurídico em torno do tombamento. Não são, entretanto suficientes para formar o quadro total. Sugerimos que novas pesquisas possam ser realizadas de modo a registrar os vários aspectos deste caso.

As narrativas patrimoniais reveladas são ricas, complexas e também dão um excelente tema de pesquisa, que pretendemos abordar em futuros artigos, articulando-as com os estudos mais específicos de memória social. O discurso imagético construído em torno da Aldeia, capturando este colorido e expressivo universo indígena é outra opção de investigação. Sob o ponto de vista da sociologia urbana, a violência da desocupação pode e deve ser explorado. Neste trabalho, vamos nos restringir a algumas observações sobre uma possível relação da Aldeia Maracanã como objeto imaterial e o patrimônio digital.

3.3 Algumas reflexões teóricas sobre patrimônio na era digital

Durante a ocupação da Aldeia Maracanã, era comum ouvirmos que o Museu do Índio já existe e é em Botafogo, não havendo necessidade de outro. De fato, sua trajetória é muito importante para a museologia indígena. Mario Chagas (2007) destaca sua utilização como “espaço de negociação da participação do índio na vida social brasileira” (p. 176). Ele explica que os museus etnográficos brasileiros passaram por duas etapas principais: a primeira, como locais de construção de alteridade, onde especialistas em antropologia e museologia escolhem objetos representantes do “outro”, sintetizando em terceira pessoa suas culturas; e a segunda onde estes grupos tomam para si a incumbência da construção destas narrativas identitárias, como co-organizadores das coleções museais, através de diálogos e negociações.

Originário da experiência etnográfica do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), o Museu do Índio foi criado por Darcy Ribeiro em 1953 de modo a fortalecer as políticas indigenistas vigentes. Segundo Mário, era o primeiro museu que assumia “explicitamente e sem reservas o seu papel político, educacional, social e assistencial.” (CHAGAS, 2007, p. 178), lutando pela causa indígena e trabalhando para desconstruir estereótipos e preconceitos em relação ao índio. Sua criação foi precedida por uma pesquisa que revelou que a população, incluindo crianças e jovens, enxergava o indígena como

seres congenitamente inferiores”, “como povos embrutecidos” e “preguiçosos”, sem “qualquer qualidade humana”, sem “refinamento estético” e outras imagens depreciativas. Paralelamente a essas representações, apareciam também aquelas que descreviam esses mesmos povos como habitantes de um mundo idílico, repleto de aventuras e como seres portadores das mais “excelsas qualidades de nobreza, altruísmo, sobriedade e outras”. Essas duas modalidades de representação, segundo o pai fundador do Museu, estavam ancoradas em preconceitos que assumiam a “aparência de verdade incontestável” (CHAGAS, 2007, p. 184).

Darcy acreditava que essa distorção era causada pelos museus etnográficos, que veiculavam a imagem dos índios como povos exóticos e fósseis da humanidade, e também pelos filmes de faroeste norte-americanos. Assim sendo, Darcy Ribeiro procurava enfatizar os traços comuns entre as necessidades e anseios do indígena e do cidadão urbano, mas sem deixar de se referir a ele em terceira pessoa e de modo genérico, num âmbito do nacional.

O Museu do Índio manteve-se aberto não sem contratempos e dificuldades, sendo uma delas sua transferência da Rua Mata Machado para Botafogo, segundo Darcy Ribeiro devido

ao poder dos construtores do metrô que os permitia desalojar quem quer que fosse (CHAGAS, 2007, p. 179).

Nos anos oitenta, a introdução no Brasil de algumas práticas museológicas não-convencionais reforçaram a característica experimental do Museu do Índio, dando ênfase à pesquisa e ao serviço público.

Ainda assim, pesquisas indicaram uma forte corrente de pensamento preconceituosa e estereotipada acerca dos indígenas. Uma museóloga entrevistada por Mário Chagas relata o espanto dos visitantes diante de índios em trajes urbanos e usando relógios. Por outro lado, as parcerias entre os profissionais do museu e as populações estudadas se fortaleceram e se traduziram em projetos conjuntamente desenvolvidos. Dentre eles destaca-se o reconhecimento da UNESCO do padrão Kusiwa, arte gráfica dos índios Wajãpi, como Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade. Reproduzo aqui a conclusão do autor:

O Museu do Índio está em movimento. Criado para combater preconceitos, como uma espécie de filho temporão do movimento modernista brasileiro, ele se desenvolveu com bases num discurso museal que combinou romantismo e projeto civilizador. Ao longo do tempo, passou por diversas crises, foi bem quisto e foi preterido, foi valorizado e foi estigmatizado, foi feito, desfeito e refeito; e, como aconteceu com algumas populações indígenas, depois de quase extinto voltou a crescer e a reafirmar a sua identidade museal – uma identidade que também não está dada, mas que, ao contrário, se faz e se refaz permanentemente, ainda que se mantenha, de algum modo, vinculada à chamada “causa indígena”, já agora reconfigurada. Nesse jogo de mudanças e de permanências, ele é e não é mais o que era antes. Com a renovação de suas práticas de mediação e de seus procedimentos museológicos e museográficos, o Museu alinha-se com as instituições que se movimentam na arena híbrida, resultante do cruzamento da museologia clássica com as novas posturas museológicas. Sem abandonar o seu papel político, ele se reafirma como instituição de memória social que trabalha com a diversidade cultural contemporânea (CHAGAS, 2007, p. 194).

A exigência de participação ativa na construção dos museus indígenas não é nova e foi observada por Freire (2009). Segundo o autor, os índios têm consciência de sua força discursiva e construtora de identidade e querem ser ativos no processo. Mas os ocupantes da Aldeia Maracanã expressam uma exigência que vai além disto: propuseram uma experiência auto-gerida, um espaço de convivência entre o metropolitano e o nativo, de trocas, de desconstrução de preconceitos através do contato direto e cotidiano. É curioso observar como um prédio em ruínas possa estar, segundo eles, “cheio de vida”. A explicação pode estar justamente no conceito de patrimônio imaterial e na experiência do *occupy* que, para Manoel Castells, impõe um outro ritmo de tempo ao tempo:

Por um lado, nos lugares ocupados, vivem um dia após o outro, sem saber quando virá a expulsão, organizando sua vida como se essa pudesse ser a sociedade alternativa dos seus sonhos, ilimitada em seus horizontes e livres das restrições cronológicas de suas disciplinadas vidas anteriores. Por outro lado, em seus debates e projetos, referem-se a um horizonte de possibilidades ilimitado, e novas formas de vida e comunidade emergem da prática do movimento. Vivem no momento em termos de sua experiência e projetam seu tempo no futuro do processo de construção histórica, por antecipação. Entre estas duas práticas temporais, recusam o subserviente tempo cronológico imposto pelos cronômetros da sua existência. Já que o tempo humano só existe em nossa prática, esse tempo atemporal dual não é menos real que o tempo medido do operário de linha de montagem ou o tempo ininterrupto do executivo financeiro. É um tempo emergente, alternativo, constituído de um híbrido do agora com o para sempre. (CASTELLS, 2013, p.162).

Como explica Regina Abreu (2007), a concepção de tempo nas sociedades ocidentais segue uma trajetória linear do passado em direção ao futuro, passando pelo presente e está ligado ao conceito de história, cujos acontecimentos são marcados por uma imprevisibilidade. Naquelas ditas sociedades tradicionais o tempo é condicionado pelos fenômenos da natureza e adquire uma forma cíclica e previsível, “um tempo de eterno retorno” (p. 264), como por exemplo, as fases da lua. Essa forma temporal está relacionada com uma dimensão mítico-religiosa. Estas modalidades determinam a forma da memória social:

No caso da concepção linear, os registros escritos e, especialmente, as noções de documento e de monumento desempenham papel central. No caso da concepção cíclica, predominam as narrativas orais, e a memória social é construída por meio de festas, narrativas míticas, cerimônias e rituais. (ABREU, 2007, p. 264).

A autora esclarece, entretanto, que estas duas formas não são mutuamente excludentes, dando o exemplo do calendário ocidental baseado nos ciclos astronômicos. De fato, no discurso patrimonial da Aldeia Maracanã encontramos estes dois elementos: o prédio como monumento/documento da história do SPI de Rondon e da obra-museu de Darcy Ribeiro, mas também a vivência cultural da comunidade como transmissão cíclica dos rituais e saberes indígenas: um patrimônio imaterial, passível de ser registrado no Livro dos Lugares, conforme indica o decreto 3.551/2000.

Dodebei (2008) discorre sobre as mudanças no conceito de patrimônio em função dos três pólos de transmissão do saber enunciados por Pierre Levy (2004): a oralidade, a escrita e a digital. O pólo da oralidade diz respeito à narrativa mítica, circular, transmitida através da memória coletiva e das tradições da comunidade, sem compromisso com a veracidade ou

cronologia dos fatos e sim com as representações ali contidas, com as mensagens e símbolos a serem transmitidos para as próximas gerações. As sociedades tradicionais carregam naturalmente a memória em seu tecido social (NORA, 1993) e não conhecem a necessidade da salvaguarda, realizando sua transmissão cultural através de suas formas artísticas, religiosas e míticas. Patrimônio aqui tem o sentido primordial de herança.

O pólo da escrita, em contrapartida, se baseia numa linearidade, num estatuto de verdade, abrindo espaço para o exercício da interpretação e da crítica. O saber científico, a prova, o documento, a historicidade, o desejo arquivístico no registro físico, nos museus, bibliotecas e monumentos: o patrimônio material. Aqui se instala a retórica da perda, causada pela ameaça de esquecimento ou destruição (GONÇALVES, 2002). Como vimos anteriormente, o conceito de patrimônio no ocidente surge como reação à prática do vandalismo, e a fala dos índios da Aldeia Maracanã frequentemente expressa essa ideia de destruição surda e violenta, com o governador retratado nas charges como um Pedro Álvares Cabral que dizima a cultura alheia através do processo de colonização. O prédio do antigo Museu do Índio é, portanto, semióforo da missão protecionista de Rondon e Ribeiro, que tentavam reparar os danos causados aos nativos pelo império português. Destruir o prédio é destruir um símbolo de luta por respeito e sobrevivência.

Mas não é só o prédio como veículo informacional que os índios querem; enquanto ocupação urbana, eles lutam por um espaço atualizado de resistência, numa arquitetura hipertextual e dinâmica similar ao terceiro pólo, o digital-imagético, que corresponde ao patrimônio imaterial. Um museu-vivo, uma construção coletiva e circular, como a oralidade mítica:

Hoje, os atributos de reprodutibilidade e prova devidos ao relato escrito não convém às novas linguagens. A primeira grande ruptura na estabilidade da escrita é, como no relato mítico, a possibilidade de autoria múltipla. Recortes e recomposição da informação são processos incentivados pelo livre acesso aos estoques de conhecimento do espaço virtual, a despeito das inúmeras tentativas de preservar direitos autorais. (DODEBEI, 2008, p.18)

Não podemos esquecer que havia várias etnias diferentes vivendo dentro da Aldeia Maracanã, num claro exemplo de autoria múltipla que obviamente depende da deliberação democrática e da reprogramação.

Entretanto, a partir de um certo momento, o grupo claramente se divide em dois: o que faz acordo com o governo e aceita se instalar em um espaço em Jacarepaguá e o grupo que

não aceita negociar e tenta resistir à desocupação¹¹. Ferraz (2008) traduz esta situação como um dilema que os movimentos sociais frequentemente experimentam: a luta por visibilidade versus a luta por autonomia, no sentido em que muitas vezes eles têm que abrir mão de certos posicionamentos por dependerem de financiamentos externos.

No caso da Aldeia Maracanã, o grupo que foi para Jacarepaguá concordou que o prédio fosse transformado em um Centro de Referência Indígena, co-administrado entre eles e a Secretaria Estadual de Cultura. Já o grupo da “resistência” tem por objetivo criar uma Universidade Indígena totalmente independente dos setores governamentais. De qualquer forma, em ambos os projetos a presença viva do índio, com seus rituais, danças, artesanato, culinária, línguas e conhecimento das plantas e sementes é fundamental, não como um display waltdisneyano de uma cultura exótica; mas sim com a proposta de ser uma presença valiosa e produtiva no meio urbano, de forma interativa e hipertextual.

¹¹Este grupo é representado no Facebook pelo perfil “Aldeia Maracanã”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos à conclusão deste trabalho com a certeza de que ele representa um início e não um fim, dada a riqueza e a complexidade do universo da Aldeia Maracanã. Sem dúvida alguma, um aldeia indígena no meio da metrópole é um fato provocador. Para Simmel (1967), a metrópole é o locus das trocas monetárias anônimas, que são ligadas ao intelecto. A vida mercantil metropolitana depende da pontualidade, da comunicação precisa, do quantitativo. Previsibilidade, hábito, exatidão. Ela reprova a atitude irracional e instintiva. Já a menor intensidade de estimulação da vida rural aproxima o homem mais do campo afetivo.

Talvez a Aldeia Maracanã possa simbolizar a resistência da vida rural de Simmel (1967) diante da metrópole. O tempo da Aldeia Maracanã é um não-tempo, um tempo cíclico, oposto ao tempo linear da linha de montagem que faz a metrópole funcionar. Um alívio para a compressão do tempo que Huyssen (2000) afirma estar nos empurrando para a obsessão memorial e para o tempo acelerado da corrida por curtidas no Facebook, com a vigilância nas arquibancadas fazendo suas apostas comerciais.

Talvez a cultura indígena esteja mais perto da metrópole do que imaginamos, pois em cada shopping há uma loja de produtos naturais. A expansão da alimentação orgânica, a cura através das ervas e plantas, a contemplação da natureza e o banho de mar. Talvez a metrópole precise pedir socorro à sabedoria indígena para resolver seus problemas de escassez de água e energia.

Mesmo assim, a grande polêmica em torno do caso mostrou que a aceitação de uma comunidade indígena urbana não é consenso entre a sociedade, pois se evidentemente o fosse, o prédio não estaria sendo ameaçado de demolição: a proteção patrimonial só se faz necessária face à ameaça de desaparecimento, ou seja a proteção patrimonial é consequência de uma desvalorização (GONÇALVES, 2007). Neste sentido, foi preciso que os índios fizessem reverberar um discurso de valor patrimonial através das redes sociais, construindo uma representação digital e virtual da Aldeia Maracanã no Facebook. Esta construção incluiu aspectos discursivos e imagéticos, com forte apelo emocional e uma grande preocupação com a formação de uma rede de apoiadores, visando o aumento do seu capital social.

A narrativa discursiva incluiu tanto um aspecto documental – a prova de que o prédio tem valor histórico, devido à sua ligação com a família real portuguesa, a criação do SPI por Rondon e do Museu do Índio por Darcy Ribeiro – quanto mítico, com a argumentação de que o terreno é sagrado, oscilando entre o primeiro e o segundo pólo de transmissão da cultura, em um movimento circular. Sugerimos então que seu improvisado movimento ciberativista,

construído coletiva e hipertextualmente, se aproximou do pólo da oralidade e corresponde às características do patrimônio imaterial.

Indagamos, portanto, se há espaço no futuro para uma contínua separação entre patrimônio material e imaterial. Possivelmente, assim como no ciberespaço temos uma junção de espaço e tempo, o espaço/tempo imagético (DODEBEI, 2008), talvez o patrimônio comunique plenamente seu valor ao dispor das duas dimensões, material e imaterial: o suporte documental, físico, concreto – e a presença humana, a vivência dos saberes e fazeres na construção da memória social.

Percorremos a história das políticas de preservação do patrimônio no Brasil e vimos que a constituição recomenda a participação da sociedade civil no processo, oferecendo alguns instrumentos para que isto ocorra, mas somente com futuras pesquisas podemos medir de fato a extensão desta participação. No caso da Aldeia Maracanã, ficou claro que o que impulsionou a ação ciberativista foi a falta de diálogo entre os requisitantes do tombamento (os índios) e o poder público, apesar da recomendação da Constituição de 1988 e da existência de vários instrumentos legais, como a formação dos Conselhos Municipais.

Os índios estavam instalados no prédio desde 2006 e fizeram várias tentativas de obter o tombamento e a recuperação do imóvel através dos órgãos de proteção, todas em vão. Foi necessário, portanto, o suporte dos movimentos sociais e de muitas pessoas influentes na sociedade para que seu pedido fosse ouvido e atendido. As cenas da violenta desocupação, transmitidas ao vivo por grandes canais de televisão, também mobilizaram a opinião pública.

A realização da Copa do Mundo no Brasil e o projeto de revitalização do Maracanã não foram previamente discutidos com a sociedade. Em junho de 2013, entretanto, ela tomou as ruas, num rompante inimaginável de expressão democrática, (talvez mais inimaginável que a humilhante derrota do Brasil para a Alemanha por 7x1). A pressão dos coletivos (evitamos usar aqui o termo movimentos sociais devido ao caráter de não-representatividade do movimento) no Rio de Janeiro foi tanta que o governador Sergio Cabral desistiu de demolir o prédio e concordou em torná-lo um espaço dedicado á causa indígena. O tombamento da Aldeia Maracanã era uma das pautas do Ocupa Cabral, a tomada da rua do Leblon onde o ex-governador tem sua residência. Uma das ações mais contundentes era a projeção de imagens na fachada de seu prédio.

Figura 21: projeção no prédio do governador



Fonte: Blog Táxi em Movimento. (SCHWEITZER, 2013)

Ao longo de toda esta história vemos a questão da vigilância, tanto por parte da resistência quanto do governo. Os índios, às vésperas da desocupação, realizavam vigílias, cantando e dançando. A defensoria pública e os advogados que apoiavam a causa cuidavam incessantemente dos prazos e recursos de apelação. Os internautas acompanhavam, atentos, as atualizações no Facebook. O governo, de olho na queda de sua popularidade, voltou atrás e entrou em acordo. Uma vitória, sem dúvida, para os ocupantes da Aldeia Maracanã, embora conforme já temos explicado, parte do grupo não tenha aceitado esta solução. Este grupo tentou por algumas vezes retomar o prédio após a desocupação. A tentativa que mais repercutiu na mídia foi quando um dos índios, em protesto, subiu em uma das árvores e permaneceu lá por 26 horas (GALDO, 2013).

No momento de conclusão desta pesquisa, o prédio permanece vazio, sem movimentação de reformas e com uma patrulha da PM de plantão na porta 24 horas por dia, provavelmente para evitar uma reocupação. O muro foi derrubado e a entrada asfaltada, como se a metrópole tivesse engolido a Aldeia.

Figura 22: a vigilância



Fonte: Rede Democrática. (2013)

Esta vigilância insone lembra-nos do mito do Velocino de Ouro, a pele de ouro de um carneiro que tinha dons especiais: falava, pensava e podia voar. Ele pertencia a Eetes, rei da Cólquida, que foi avisado por um oráculo que ele morreria se o velo fosse roubado. Colocou-o então em um santuário, protegido por touros que soltavam fogo (tauroi) e por um dragão que nunca dormia (drakon). O Velo de Ouro acabou sendo roubado com a ajuda de Medeia, que envenenou o dragão insone. A imagem do carneiro deu origem à constelação de Áries.

A noção de patrimônio é clara neste mito, mas a vigilância falhou em protegê-lo. Não sabemos que destino a Aldeia Maracanã terá: se o acordo firmado será respeitado e o prédio recuperado, ou se a questão cairá novamente em esquecimento. Modestamente, tentamos contribuir para que esta história seja preservada, tanto para fins acadêmicos, como parte da memória social dos conflitos gerados pela Copa do Mundo. É com este intuito que construímos um arquivo que pretendemos disponibilizar a quem por ele se interessar.

A preservação de um documento digital depende da longevidade técnica de seu suporte. Será o Evernote capaz de cumprir com sua promessa de “lembrar de tudo para sempre”? Provavelmente não, mas também nenhum outro programa o fará. Talvez o melhor meio de preservação da história da Aldeia Maracanã, seja, como em Fahrenheit 451, a narrativa oral, protegida dos touros incendiários, passada de geração para geração, em rodas de conversa e passeios pelos jardins. Esse é o Velo de Ouro que tem poderes mágicos: a memória humana. A Aldeia Maracanã vive.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 1987.

ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 – 1700)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2010.

ABREU, Regina. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia. (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.175-198

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ABREU, Regina; DODEBEI, Vera (Orgs.). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

ADITAL. Movimento dos Tamoios e a insurgência urbana indígena no Brasil. **Adital**. Publicado em: 13 dez 2006. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=25845>> Acesso em: jan 2015. Acesso em: jan 2015

ALDEIA MARACANÃ PÁGINA OFICIAL. Página do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ALDEIATAMOIO?fref=nf>> Acesso em: jan 2015.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Gezi park protests: brutal denial of the right of peaceful assembly in Turkey**. Publicado em: out 2013. Disponível em: <<https://www.amnestyusa.org/sites/default/files/eur440222013en.pdf>>. Acesso em: jan 2015.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. **Rodrigo e o Sphan: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória, 1987.

ANTOUN, Henrique. Vigilância, Comunicação e Subjetividade na Cibercultura. In: BRUNO, Fernanda; FIRMINO, Rodrigo; KANASHIRO, Marta (Orgs.). **Vigilância e Visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. 1.ed. Porto Alegre: Sulina, 2010. 1v. p. 145-154

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. **@Internet e #rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

ASSIS, Machado. Esaú e Jacó. In: **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1994.

ATIQUE, Fernando. O Patrimônio (Oficialmente) Rejeitado: a destruição do Palácio Monroe e suas repercussões no ambiente preservacionista carioca. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA

ANPUH, 26. 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH**. São Paulo: Associação Nacional de História, 2011.

AVAAZ. **Salve o Patrimônio Material e Imaterial da Humanidade**. Criado em: 26 jul 2012. Disponível em: <https://secure.avaaz.org/po/petition/Salve_o_Patrimonio_Material_e_Imaterial_da_Humanidade/?eqSYpdb>. Acesso em: jan 2015.

BALTAR, Marcelo. Audiência pública sobre privatização do Maracanã é marcada por protestos. **Globo Esporte: Copa do Mundo**. Publicado em: 08 nov 2012. Acesso em: 10 jul 2014. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2012/11/audiencia-publica-sobre-privatizacao-do-maracana-e-marcada-por-protestos.html>> Acesso em: jan 2015

BARDIN, Laurance. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BARRETO, Marcos. **Vultos na névoa: do discurso histórico do preconceito à resistência do índio urbano no cenário fluminense**. 2014. Dissertação de Mestrado em Memória Social. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

BARROS, Paulo Cezar de. **Do berço histórico à zona periférica do centro: velhas formas, novos castelos**. 2005. 290 f. Dissertação de Mestrado em Geografia. UERJ. Rio de Janeiro, 2005.

BBC NEWS. Q&A: Protests in Turkey. **BBC News Europe**. Publicado em: 12 jun 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-22780773>>. Acesso em: jan 2015.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussman tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Turismo e Esportes / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BEZERRA, Arthur. Grande mídia versus coletivos midiativistas: a disputa de narrativas. **Revista e-metropolis**, n.14, set 2013. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/download/edicoes/emetropolis_n14.pdf> Acesso em: jan 2015

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989.

BRACY, Catherine. **Why good hackers make good citizens**. Palestra ministrada no Ted Talks. Publicado em: set 2013. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/catherine_bracy_why_good_hackers_make_good_citizens> Acesso em: jan 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHAGAS, Mario. Museu do Índio: uma instituição singular e um problema universal. In: BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia. LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.175-198.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. SP: Estação Liberdade: Unesp, 2006.

CHUVA, Marcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CODE FOR AMERICA. Site da associação. Disponível em: <<http://codeforamerica.org/>> Acesso em: jan 2015.

COMITÊ POPULAR RIO COPA E OLIMPÍADAS. **Nota pública**: Não houve audiência pública de concessão do Maracanã. Publicado em: 9 nov 2012. Disponível em: <<http://rio.portalpopulardacopa.org.br/?p=1632>>. Acesso em: jan 2015.

CORRÊA, Vitor; DODEBEI, Vera. Cenários das políticas públicas de preservação do patrimônio arquivístico digital no Brasil. In: II CONINTER. 2013, Belo Horizonte. **Anais do II CONINTER**. Belo Horizonte: Aninter, 2013.

DI FELICE, Massimo. Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais. **Revista FAMECOS**, Rio Grande do Sul, v. 19, p. 27-45, 2012.

DI FELICE, Massimo. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. **Revista Matrizes**. São Paulo: USP, v. 7, p. 49-71, 2013.

DODEBEI, Vera. Patrimônio e memória digital. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**. n. 8, 2006 . Disponível em: <<http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero08-2006/veradodebei.htm>> Acesso em: jan 2015.

DODEBEI, Vera. Digital virtual: o patrimônio no século XXI. In: **E o patrimônio?** ABREU, Regina; DODEBEI, Vera (Orgs.). Rio de Janeiro: ContraCapa, 2008.

DODEBEI, Vera. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? **Datagramazero**. Rio de Janeiro, v. 12, 2011.

DODEBEI, Vera; HENRIQUES, Rosali; WERNECK, Marcela. Evernote e Facebook: arquivos eternos de memórias virtuais? In: II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Belo Horizonte, 2013. **Anais do II CONINTER**. Belo Horizonte: Aninter, 2013.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum. Sobre as Sociedades de Controle. In: **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed 34, 1992.

EDMUNDO, Luis. O Rio de Janeiro do meu tempo. In: **Edições do Senado Federal**, v.1. Brasília: Senado Federal, 2003.

EURONEWS. **Protests in Kiev over the demolition of historic buildings**. Publicado em: 12 abr 2012. Disponível em: <<http://www.euronews.com/2012/04/12/protests-in-kiev-over-the-demolition-of-historic-buildings>>. Acesso em: jan 2015.

FALCÃO, Joaquim. Política de Preservação e Democracia. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n.20, 1984. p. 45 – 49.

FERRAZ, Joana d’Arc. Movimentos sociais: dilemas e desafios das ações patrimoniais. In: ABREU, Regina; DODEBEI, Vera (Orgs.). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

FIGUEIREDO, Lucia Valle. Instrumentos da administração consensual: a audiência pública e a sua finalidade. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico (REDAE)**. Salvador: Instituto Brasileiro de Direito Público, n.11, ago/set/out 2007. Disponível em: <<https://www.en.ipea.gov.br/participacao/images/REDAE-11-AGOSTO-2007-LUCIA20VALLE.pdf>>. Acesso em: 15 jul 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. Famílias moram em antiga sede do Museu do Índio. **Folha Online**. Publicado em: 13 jan 2013. Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/12822-familias-moram-em-antiga-sede-do-museu-do-ndio>> Acesso em: 30 jan 2015.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009a.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009b.

FÓRUM SOCIAL URBANO. Fórum realizado no Rio de Janeiro entre 22 e 26 de março de 2010. Disponível em: <<http://forumsocialurbano.wordpress.com/about/>>. Acesso em: jan 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, José Ribamar Bessa. A descoberta dos museus pelos índios. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 217 – 253.

FUCHS, Christian. New Media, Web 2.0 and Surveillance. **Sociology Compass**. n.5 v.2. 2011. p. 134–147. Disponível em: <<http://fuchs.uti.at/wp-content/uploads/Web20Surveillance.pdf>> Acesso em: jan 2015.

G1 RIO. Liminar que impedia demolição do antigo Museu do Índio é cassada. **G1 Globo**. Publicado em: 13 nov 2012. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de->

janeiro/noticia/2012/11/liminar-que-impedia-demolicao-de-antigo-museu-do-indio-e-cassada.html>. Acesso em: jan 2015.

GALDO, Rafael. Após 26 horas, índio é retirado de árvore no terreno do Maracanã. **O Globo**. Publicado em: 17 dez 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/apos-26-horas-indio-retirado-de-arvore-em-terreno-no-maracana-11088799>>. Acesso em: jan 2015.

GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2002.

GONÇALVES J. Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

GONÇALVES J. Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônio culturais como gênero de discurso. In: **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

GRIESHABER, Kirsten. Historic parts of Berlin Wall removed despite protests over luxury building project. **NBC News**. Publicado em: 27 mar 2013. Disponível em: <http://worldnews.nbcnews.com/_news/2013/03/27/17485506-historic-parts-of-berlin-wall-removed-despite-protests-over-luxury-building-project?lite?ocid=Twitter>. Acesso em: jan 2015.

GUEDES, Éllida Neiva. **Espaço público contemporâneo: pluralidade de vozes e interesses**. Portugal: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2010. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/guedes-ellida-espaco-publico-contemporaneo.pdf>>. Acesso em: 15 jul 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HIMANEM, Pekka. **A ética dos Hackers e o espírito da era da Informação**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

HOLLANDA, Daniela Maria Cunha de. **A barbárie legitimada: a demolição da Igreja de São Pedro dos Clérigos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed Uerj, 2007.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

HÜRRIYET DAILY NEWS. Police intervene at Emek Theater protest featuring Costa-Gavras. **Hürriyet Daily News**. Publicado em: 7 abr 2013. Disponível em: <<http://www.hurriyetdailynews.com/police-intervene-at-emek-theater-protest-featuring-costa-gavras---.aspx?pageID=238&nID=44456&NewsCatID=341>> Acesso em: jan 2015.

IMPRESABR. Entrevista com a documentarista Bindu Mathur. **Impresabr**. Publicado em: 05 mai 2014. Disponível em:

<<https://imprensabrcomunicacao.wordpress.com/2014/05/05/imprensabr-entrevista-a-documentarista-bindu-mathur-que-tera-seu-curta-the-nuclear-boy-scout-exibido-na-4a-edicao-do-uranio-em-movimento/>>. Acesso em: jan 2015.

IPHAN. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória.** Brasília: Sphan / Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

KOSSATS, Paula. **Genocídio cultural indígena na Aldeia Maracanã.** Vídeo do YouTube. Publicado em: 13 nov 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=t0TLNTPDxTM>>. Acesso em: jan 2015.

KESSEL, Carlos. **A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio.** Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Divisão de Pesquisa, 2001.

KFOURI, Juca. Não houve audiência pública de concessão do Maracanã. **UOL: Blog do Juca Kfourri.** Publicado em: 10 nov 2012. Disponível em: <<http://blogdojuca.uol.com.br/2012/11/nao-houve-audiencia-publica-de-concessao-do-maracana/>>. Acesso em: 10 jul 2014

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede.** Salvador: Edufba, 2012; Bauru-SP: Edusc, 2012.

LEITE, Renata Daflon; DODEBEI, Vera. A Internet como exercício da interculturalidade - Um estudo de caso do blog indígena Arco Digital. **Revista Extraprensa**, v. 1, p. 614-623, 2010.

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet.** São Paulo: Paulus, 2010.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.** São Paulo: Editora 34, 2004.

MATHUR, Bindu. **The Fly vs the Frog.** Video do YouTube. Publicado em: 24 out 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ejg0mIXg_CM> Acesso em: jan 2015.

MOITAS, Danielle. **Estado convoca audiência pública para concessão do complexo do Maracanã.** Governo do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Comunicação Social. Publicado em: 22 out 2012. Acesso em: 10 jul 2014. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1289006>>

MOTTA, Marly da Silva. **A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1992.

NE10. Demolição do Edifício Caiçara, no Pina, ganha repercussão nas redes sociais. **UOL.** Publicado em: 17 set 2013. Disponível em <<http://noticias.ne10.uol.com.br/grande-recife/noticia/2013/09/27/demolicao-do-edificio-caicara-no-pina-ganha-repercussao-nas-redes-sociais-445171.php>>. Acesso em: jan 2015.

NONATO, José Antonio; SANTOS, Núbia M. **Era uma vez o Morro do Castelo.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n.10, p. 7-28, dezembro de 1993.

NOYES, Katherine. White house announces National day of Civic Hacking. **PC World**. Publicado em: jan 23 2013. Disponível em: <<http://www.pcworld.com/article/2026139/white-house-announces-national-day-of-civic-hacking.html>>. Acesso em: jan 2015.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PEREIRA, Eliete. **Ciborgues indígenas@s.br: a presença indígena no ciberespaço**. São Paulo: Annablume, 2012.

PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital. In: IV Compolítica, 2011, Rio de Janeiro. **Anais do IV encontro da Compolitica**. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>>. Acesso em: jan 2015.

PEREIRA, Sonia Gomes. **A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca**. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, EBA, 1998.

PETERS, John Durham. **Speaking into the air: a history of the idea of communication**. Illinois: Chicago Press, 1999. Apud DI FELICE, Massimo. Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais. **Revista FAMECOS**, v. 19, p. 27-45, 2012.

PINTO, Luiz Carlos. Ocupe Estelita: o movimento de uma cidade contra as empreiteiras. **Carta Maior**. Publicado em: 04 jun 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Ocupe-Estelita-o-movimento-de-uma-cidade-contra-as-empresiteiras/4/31086>>. Acesso em: jan 2015.

PORTAL POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS. Sítio oficial. Disponível em: <<http://www.portalpopulardacopa.org.br/>>. Acesso em: jan 2015.

RAJ, Bruno. **Índios e esportistas contra a demolição do antigo Museu do Índio e privatização do Maracanã**. Vídeo do YouTube. Publicado em: 23 nov 2012. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=NWORKLXSn3g&feature=youtu.be>>. Acesso em: jan 2015.

RAYMOND, Steven Eric. **How to become a hacker**. 2001. Disponível em: <<http://www.catb.org/esr/faqs/hacker-howto.html>>. Acesso em: jan 2015.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REDE DEMOCRÁTICA. **A volta da Aldeia Maracanã**. Rede Democrática. Publicado em: 06 ago 2013. Disponível em: <http://www.rededemocratica.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=4911:a-volta-da-aldeia-maracan%C3%A3> Acesso em: jan 2015.

RHEINGOLD, Howard. Mobile Media and Political Collective Action. In: **Handbook of Mobile Communication Studies**. MIT Press: 2008. Disponível em: <<http://www.rheingold.com/texts/PoliticalSmartMobs.pdf>>. Acesso em: jan 2015.

ROCHA, Porto. **A Era das Demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870 – 1920**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995. Coleção Biblioteca Carioca, v.1.

ROSANVALLON, Pierre. **La contrademocracia**. Buenos Aires: Manancial, 2007.

SANT'ANNA, Marcia. Patrimônio imaterial: do conceito ao problema da proteção. **Revista TB**. Rio de Janeiro, n.147, p.151-161, out/dez, 2001.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SANTOS, Consuelo. **Aldeia Maracanã: identidades, patrimônio e indigenidade em meio urbano**. Projeto de pesquisa. Especialização em andamento em sociologia urbana. Rio de Janeiro: UERJ. 2011.

SAULE JÚNIOR, Nelson. A Participação dos Cidadãos no Controle da Administração Pública. **Revista de Direito da Universidade Ibirapuera**, São Paulo, v. 1, p. 199-240, 1998.

SCHEREN-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SCHWEITZER, Jorge. PM em confronto com manifestantes no Leblon. **Blog Táxi em Movimento**. Publicado em: 17 jul 2013. Disponível em: <<http://taxiemo movimento.blogspot.com.br/2013/07/pm-em-confronto-do-manifestantes-no.html>>. Acesso em: jan 2015.

SILVEIRA, Sergio. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. **Revista USP**, São Paulo, n.86, p. 28-39, jun/ago 2010.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 13-28.

SMITH, Helena. Greece protests over government plans to sell off historic national buildings. **The Guardian**. Publicado em: 16 mar 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2014/mar/16/greece-protests-sell-off-historic-buildings>>. Acesso em: jan 2015.

STARLING, Monica. Entre a lógica do mercado e a cidadania: os modelos de gestão do patrimônio cultural. **Políticas culturais em revista**, v.5, p. 91-108, 2012.

TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 23-48, 1990.

TRUFFI, Renan. A batalha pelo Cais José Estelita. **Carta Capital**. Publicado em: 18 jun 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-batalha-pelo-cais-jose-estelita-8652.html>>. Acesso em: jan 2015.

UGARTE, David de. **O Poder das Redes**: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo. Domínio Público. 2008. Disponível em: <<http://escoladeredes.net/group/bibliotecadaviddeugarte>> Acesso em: abr 2014

UNESCO. **Concept of digital heritage**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/access-to-knowledge/preservation-of-documentary-heritage/digital-heritage/concept-of-digital-heritage/>> . Acesso em: jan 2015.

VATTIMO, Gianni. **A sociedade transparente**. Lisboa: Relógio d'água, 1989. Apud DI FELICE, Massimo. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. Revista Matrizes. São Paulo: USP, v. 7, p. 49-71, 2013.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana – Estudos de Antropologia Social**; v.12, n.1, 2006.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

WHORF, Benjamin. **Language, thought and reality: selected writings**. Cambridge: Technology Press of MIT, 1978. Apud GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2002.

WUF. **World Urban Forum**. Urban equity in development: cities for life. Disponível em: <<http://wuf7.unhabitat.org/theworldurbanforum>>. Acesso em: jan 2015.

ZUCKERMAN, Ethan. Cosmopolitas digitais: a promessa não cumprida da internet como aldeia global. **Revista Observatório Itaú Cultural**. n.16. São Paulo: Itaú Cultural, jan/jun 2014.

ANEXOS

Anexo 1: Vídeo gravado em CD mostrando a utilização do aplicativo Evernote e a exploração do arquivo digital das notas coletadas para esta pesquisa.